

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

1. ATA DE REUNIÃO: 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONAPE	
Data: 16 e 17 de setembro de 2025	Ínicio: 09h00
Local: Sala de Reunião – 3º Andar – Setor de Indústrias Gráficas	Término: 18h00
Relatora: Adriana Vilela Toledo - Secretária-Executiva do Conape	

A. Mesa de Abertura

André Carlos Alves de Paula Filho - Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
Luiz Nishimori – Presidente da Frente Parlamentar de Aquicultura e Pesca

B. Informes Sobre a Metodologia da Reunião

1. Aprovação da Ata 44ª Reunião Ordinária / 4ª Reunião Extraordinária;
2. Devolutiva sobre as deliberações da reunião anterior - Adriana Vilela Toledo – Secretária Executiva do Conape.

C. ORDEM DO DIA

16.09.25

1. Medidas de apoio ao setor em decorrência do tarifaço dos EUA e a abertura de novos mercados - José Luís Vargas (Diretor da Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva) e Paulo Sérgio Cândido Alves (Coordenador Geral de Sistemas Locais de Abastecimento Alimentar - (MDS) Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços);
2. COP 30 - Conferência das Partes - Eduardo Sfoglia (Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do MPA), Paulo Faria (Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade do MPA), Sheila Cavalcante dos Santos (Representante da Assessoria de Participação Social e Diversidade do MPA);
3. Novas Regras de Registro Geral das Atividades Pesqueiras dos Pescadores e Pescadoras para Concessão do Benefício de Seguro-Desemprego (Seguro Defeso) - Carolina Dória (Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa);
4. Informações sobre as Ações da SERMOP – Carolina Dória (Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa);
5. Informações sobre o Plano Nacional para a Aquicultura e Sobre o Boletim de Águas da União - Fernanda de Paula (Secretaria Nacional de Aquicultura), Luciene Mignane (Diretora da Secretaria Nacional de Aquicultura), Juliana Lopes (Diretora da Secretaria Nacional de Aquicultura);
6. Apresentação da Resolução CONABIO que recomenda a publicação da lista de Espécies Exóticas Invasoras Presentes no Brasil – Juliana Lopes (Diretora da Secretaria Nacional de Aquicultura);
7. Apresentação das ações do Conape na Comissão Nacional de Bioeconomia – Carlos Eduardo (Representante do Conepe – Membro do Conape)

17.09.2025

1. Regulamentação do Cultivo dos Alimentos Vivos utilizados na alimentação de formas Jovens Oriundos da Aquicultura – Felipe Weber (Representante da ABLA – Membro do Conape);
2. Apresentação das Ações do Conape no GT Conama - Revisão da Resolução 413/2009 - (Representante da Abla – Membro do Conape);
3. Apresentação das Ações do Comitê de Conformidade do Pescado Nacional – Agnaldo Hilton dos Santos - (Presidente do Comitê Conformidade do Pescado Nacional – Membro do Conape – Pesca BR);
4. Apresentação das Ações do Comitê de Competitividade da Carcinicultura – Itamar de Paiva Rocha (Presidente do Comitê de Competitividade da Carcinicultura – Membro do Conape – ABCC) e Luciene Mignani (Secretaria do Comitê de Competitividade da Carcinicultura e Diretora da Secretaria Nacional de Aquicultura – MPA);

5. Apresentação do Comitê de Pesca Amadora e Esportiva – Lariessa Soares (Secretaria do Comitê de Pesca Amadora e Esportiva e Coordenadora – Geral de Desenvolvimento da Pesca Industrial, Amadora e Esportiva – MPA);
6. Apresentação do Relatório Final das Ações do GT para realização da Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca - Dárlio Inácio (Coordenador do GT – Membro do Conape – SBfic);
7. Apresentação das Ações do Conape no Fórum Interconselhos – Ajax Tavares (Membro do Conape – Representante – Confapesca), Elizeu Brito – Representante – Faep/BR e Adriana Vilela Toledo (Secretaria do Conape).

Lista de Presentes:**Representantes Governamentais - Titulares:**

1. Rita Alves Silva – Ministério de Minas e Energia;
2. Carlos Cesar de Mello Junior – Ministério da Pesca e Aquicultura;
3. Elvânia Guimarães – MDA;
4. José Germano Batista – Casa Civil da Presidência da República;
5. Gilberto Sales – MMA;
6. Humberto Pires da Silva – Ministério do Turismo;
7. Ana Carolina Silvestre – Ministério do Esporte;
8. Liliani do Socorro Nascimento – Ministério das Mulheres;
9. Paulo Sérgio Cândido – MDS.

Representantes Governamentais – Suplentes:

1. Winnie Muniz Brum – Ministério da Agricultura e Pecuária;
2. Carolina Amorim da Silva Bittencourt – Ministério da Pesca e Aquicultura;
3. Larissa de Santana Passos – Ministério das Mulheres;
4. Iran Pereira Veiga Junior – Casa Civil;
5. Roberto Ribas Gallucci – MMA;
6. Kauara Brito Campos – Ministério da Saúde;
7. Walter Marinho – Ministério da Defesa.

Representantes da Sociedade Civil Organizada – Titulares:

1. Ajax Santos Tavares - Confapesca;
2. Letícia Bruning Canton – Oceana Brasil;
3. Rochelle Cruz de Araujo – CedePesca;
4. Regis Portari – CBPE;
5. Elizeu Augusto Brito – Faep/BR;
6. Lucimara Henrique – CNPA;
7. José Henrique Pereira – Conttmaf;
8. Gilberto Sales – CPP;
9. Josana Pinto – MPP;
10. Carlos Sérgio Leite – ANEPE;
11. Gilberto de Lima – CPP;
12. Fernando Bosídio - Instituto Peroá.

Representantes da Sociedade Civil Organizada – Suplentes:

1. Miriam Bozzetto – Oceana Brasil;
2. André Luiz – Confapesca;
3. Maria José da Silva – CNPA;
4. Maria José Honorato – CPP;
5. Roberta Roxilene dos Santos – IABS;
6. Alcidir Mazutti Zanco – Unicafes;
7. Luis Claudio Furtado – CBPA;
8. Márcio Roberto dos Santos – CNCTC.

Representantes da Área Empresarial – Titulares:

1. Marilda Patrício Fernandes – Peixe SP;
2. Itamar de Paiva Rocha – ABCC;
3. Agnaldo Hilton – Pesca BR;
4. Ricardo Dias dos Santos – Abla;
5. Francisco Hidalgo Farina – CNA;
6. Francisco Medeiros – Peixe BR
7. Laís Belsito Pestana – Abipesca;
8. Dalmo Mucio Silva – Aba;
9. Carlos Eduardo Olyntho – Conepe.

Representantes da Área Empresarial - Suplentes:

1. Felipe Weber Santos – Abla;
2. Carlos Alberto Pereira - Sindirações;
3. Alexandre Gomes – Aba;

Representantes da Área Acadêmica e da Pesquisa – Titulares:

1. Marco Aurelio Bailon - Aoceano;
2. Ricardo Dias – Abla;
3. Ronaldo Cavalli – Aquabio;
4. Dárlio Inacio Teixeira – SBfic.

Representantes da Área Acadêmica e da Pesquisa – Suplentes:

1. Wagner Cotroni Valenti – Aquabio.

Convidados Permanentes:

1. Fernanda Gomes de Paula – Secretaria Nacional de Aquicultura;
2. Cristino Wellington Ramalho – Secretário Nacional da Pesca;
3. Caroline Doria – Secretaria Nacional de Registro Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa;
4. Priscilla Celes Maciel de Lima – SFPA – PB;
5. Keitilanny Dias Moura – SFPA – CE;
6. Elisvane Pereira Gama – SFPA – MA;
7. Marcelo Heitor Silvestre – SFPA – MS;
8. Roberto Xavier Ribeiro – SFPA – MG;
9. Ana Luiza Spinelli – SFPA – RS;
10. Jean Ricardo Antunes – SFPA – SC;
11. José Everton Siqueira Santos – SFPA – SE;
12. Jorquean Brito Nascimento – SFPA – AP;
13. Rodolfo Souza Fonseca – SFPA – TO;
14. Ana Luiza Spinelli – SFPA – RS;
15. Fernanda Bueno Mendes – SFPA – PR;
16. Rainan de Sousa Costa – SFPA – BA;
17. Adauto Batista de Oliveira – SFPA – SP.

Convidados:

1. Magna Maria de Mesquita – Banco do Brasil;
2. Diego Valente Pereira – SFPA – AM;
3. Diogo Martins Nunes – SNPA/MPA;
4. Érico da Silva Dias – CENSIPAM;
5. Janeide Muniz Lobato – SFPA – MS;

6. Kassius Silva de Oliveira – UNICAFES;
7. Mximiliano Albers – MPA;
8. Renata Cristina Onofre – SFPA – RR;
9. Shayane Agatha Marzarotto – SNA/ MPA;
10. Juliane da Silva Arnaud – SE /MPA;
11. Manoel Vital de Carvalho – UNICAFES;
12. Maria Beatriz – SE / MPA;
13. Ingrid Lopes – PSD / MPA;
14. Bruno Machado – SE / MPA;
15. Cristiano Quaresma – SNPA / MPA;
16. Ricardo Padilha – MDIC;
17. Eduardo Nobre – MDIC;
18. Sandra Silvestre – SNPI – MPA;
19. Renato Agostinho – MDIC;
20. Sheila Cavalcante – PSD / MPA;
21. José Luis Vargas – SNPI / MPA;
22. Geize dos Santos – SNPI / MPA;
23. Antonio Aussery – SNPI / MPA;
24. Eduardo Sfoglia – AI / MPA;
25. Cesar Galiza – CNI;
26. Sabrina de Oliveira – SE / MPA;
27. Elielma Borcem – SERMOP / MPA;
28. Alex souza Lira – SERMOP / MPA;
29. Juliana Lopes – SNA / MPA;
30. Luciene Mignani – SNA / MPA;
31. Lariessa Soares – SNPI / MPA;
32. Alberto Furtado – SNA / MPA;
33. Altamir Gregolin – Ministro da Pesca (EX);
34. Arimar França Filho – CNI.

1. MESA DE ABERTURA

1.1. No dia dezesseis de setembro de dois mil e vinte cinco, na Sala de Reunião - 3º Andar, Setor de Indústrias Gráficas - Brasília - Distrito Federal, estavam presentes os senhores membros, convidados e observadores, presencialmente e virtualmente, conforme lista de presença anexo ao processo. O **Secretário-Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura Rivetla Édipo**, deu as boas-vindas a todos os presentes, agradeceu a participação nas discussões relevantes para o Ministério em seguida, convidou o Ministro da Pesca e Aquicultura André de Paula para acolhimento da 45ª Reunião Ordinária do Conape.

1.2. Com a palavra, o **Ministro da Pesca e Aquicultura André de Paula**: saudou a todos e destacou a importância do Conape pelo seu papel como a instância mais importante de interação entre a equipe do Ministério e a sociedade civil. Destacou que sete das quarenta e cinco reuniões ordinárias do Conselho foram feitas na atual gestão, além de outras quatro reuniões extraordinárias; afirmou que “nem é preciso destacar” a importância deste Conselho para a atual gestão - a própria pauta da reunião, formada pelas questões mais importantes para o setor, revela a importância dada ao Conselho. Em seguida, o Ministro mencionou a alegria em participar da plenária final do Primeiro Plano Nacional da Pesca Artesanal, ocorrido há cerca de duas semanas em Brasília; afirmou que o Plano foi um esforço bem-sucedido conduzido pela Secretaria Nacional da Pesca Artesanal, com sete plenárias em diversas localidades e a colaboração de aproximadamente seiscentos participantes. O Ministro também salientou a importância de uma maior aproximação do MPA e do Conape com o Congresso Nacional, citando as ações de intensa articulação e a criação da Cartilha de Captação de Emendas Parlamentares. Neste contexto, ele expressou satisfação em receber o Deputado Luiz Nishimori, Presidente da Frente Parlamentar de Apoio à Pesca e Aquicultura. Como exemplo da articulação com o Congresso, o Ministro informou que, a pedido do Deputado Luiz Nishimori, ocorreria no período da tarde uma reunião na liderança do PSD para discutir a inclusão da sardinha na cesta básica. Ele reconheceu o papel fundamental do Legislativo para o setor e agradeceu o apoio do Deputado Nishimori.

1.3 Com a palavra, o **Deputado Federal Luiz Nishimori (Presidente da Frente Parlamentar de Aquicultura e Pesca)**: cumprimentou o Ministro André de Paula pelo grande trabalho e o **Secretário Executivo, Rivetla Édipo**; reforçou a importância do conselho para o crescimento da pesca e aquicultura no Brasil. O Deputado mencionou as limitações e problemas na pesca, como a reforma tributária que deixou muitos produtos de fora, e confirmou a reunião com a liderança do PSD para tentar incluir a sardinha na cesta básica, visando resolver a questão da taxação na entrada que prejudica a indústria. Ele se colocou à disposição como parceiro na Câmara Federal e no Senado para ajudar com os projetos em tramitação. Afirmou que um ministro com André de Paula é “difícil de encontrar”, pois é “fácil de conversar” e possui uma disposição admirável.

1.4 Com a palavra, o **Ministro André de Paula**: esclareceu que a discussão sobre a sardinha se deve à elevação do custo dos alimentos que levou o governo a zerar a alíquota de importação do produto, o que, se mantido, causaria prejuízo à cadeia produtiva. Ele destacou que a sardinha, por ser um item popular, foi foco na ocasião e agora a estratégia é a inclusão na cesta básica, que está em debate na Câmara. O Ministro explicou que a atuação do governo busca apoio no Congresso para agilizar a tramitação do tema. Ele também mencionou, em tom informal, a mudança para as novas instalações do Ministério da Pesca, que considerou mais adequadas à importância do setor, e justificou a manutenção do seu gabinete na Esplanada dos Ministérios por uma questão de “simbologia” após consultas, preservando as atividades das secretarias na nova sede.

2. ENCAMINHAMENTOS E APROVAÇÃO DA ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA E APROVAÇÃO DA ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

2.1 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**: agradeceu a participação do Ministro André de Paula e do Deputado Luiz Nishimori, dispensando-os para suas agendas. O Secretário-Executivo lembrou os conselheiros de registrar a frequência, levantar a mão para falar e apresentar-se (nome, se titular/suplente e entidade), buscando manter o foco e a objetividade durante a reunião. Apresentou a programação, que foi validada pelos conselheiros. Em seguida, foi feita a aprovação das atas da 44ª Reunião Ordinária e da 4ª Reunião Extraordinária.

2.2 Com a palavra, a **Secretária-Executiva do Conape, Adriana Toledo**: saudou a todos e manifestou alegria em estar presente em mais uma reunião do Conape. Apresentou as devolutivas sobre as deliberações da 44ª Reunião Ordinária, começando por: a) criação do Comitê para Uso Compartilhado do Mar: o quórum mínimo foi alcançado e a portaria de instituição e designação de membros está em tramitação no Ministério; b) encaminhamento de ofício à Casa Civil de agradecimento ao Decreto nº 12.336 de 2024: o ofício de agradecimento, solicitado pelo CONEPE, foi protocolado, e será feito o acompanhamento da tramitação; c) aprovação da Carta da Aoceano sobre o Pró-Estoques: a aprovação em plenário foi registrada em ata; d) encaminhamento da minuta do Pró-Estoques: foi enviada a todos os membros, conforme solicitado; e) criação do GT/Comitê Pró-Estoques: a ideia evoluiu de um grupo de trabalho para um comitê temporário no âmbito do Conape – portaria está sendo finalizada, e a consulta aos membros interessados já foi feita, com publicação prevista em breve; f) reunião extraordinária com o IBAMA: a reunião foi realizada em 31 de julho de 2025; g) ofício-resposta do IBAMA sobre o DOP: foi compartilhado com todos os membros; h) ofício ao MMA sobre o Comitê de Espécies Ameaçadas: foi encaminhado um ofício solicitando agilidade.

2.3 Com a palavra, **Gilberto Sales (MMA)**: informou que houve uma mudança de rumo: ao invés da criação do Comitê, negociou-se a criação de uma Câmara Técnica Permanente no âmbito da Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio). Essa Câmara, que proporciona mais estabilidade institucional, foi apresentada na última reunião da Conabio e deve ser aprovada e instalada em uma reunião extraordinária até o final deste ano. As representações do setor pesqueiro já definidas pelo MPA serão mantidas, incluindo a indústria (4 membros), artesanal (4 membros), pesca ornamental e a inclusão do MPP, da ABC e SBPC, para equidade de assentos. Ele informou ainda que houve a abertura de painéis para revisão de algumas espécies ameaçadas, com resultados esperados em duas ou três semanas.

2.4 Com a palavra, a **Secretária-Executiva do Conape, Adriana Toledo**: deu seguimento à apresentação das devolutivas sobre as deliberações da 44ª Reunião Ordinária: i) Memorando Brasil-Chile: o pedido de contribuições foi encaminhado; j) inclusão dos peixes ornamentais na discussão dos protocolos sanitários com a China: a pauta está sendo tratada bilateralmente entre a SNPI e a ABLA; k) consulta aos conselheiros para a elaboração da agenda da COP-30: foi feita, e o tema seria discutido novamente ao longo da reunião; l) partilhamento da lista de espécies de exportação para a China: foi

encaminhada aos conselheiros; m) oficialização do IBAMA para disponibilizar estudos sobre a espécie de raia *Potamotrygon leopoldi*: o ofício foi enviado e a resposta do IBAMA está sendo aguardada; n) disponibilização da lista de e-mails dos membros da Frente Parlamentar de Pesca e Aquicultura: foi disponibilizada para fortalecer as articulações; o) reunião para discutir alternativas para coibir fraudes no RGP: o tema seria tratado na pauta da reunião; p) criação do Comitê de Cumprimento: a criação enfrenta dificuldades por apenas quatro entidades terem manifestado interesse, sendo necessário um mínimo de seis – a Secretaria do Conape enviará novo pedido de manifestação de interesse; q) discussão sobre o PL nº 4470 de 2024 e o PL nº 4689 de 2024: sugeriu-se a realização de uma reunião extraordinária para tratar o tema.

2.5 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**: concluída a apresentação das devolutivas, abriu a rodada de fala para os conselheiros inscritos.

2.6 Com a palavra, **Marco Bailon (Aoceano)**: agradeceu a inclusão e finalização dos pleitos da Aoceano. Ele levantou a questão da revogação da Portaria Interministerial MPA/MMA nº 30 de 2025, que regulamentava a pesca do tubarão azul, uma decisão tomada por acordo entre o MPA e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) após pressão de ONGs e do IBAMA. Essa revogação causou grande "tumulto" no setor e na comunidade científica, pois a regulamentação foi fruto de dois anos de trabalho do Comitê Permanente de Gestão (CPG) de Atuns e Afins, com base em dados científicos e recomendação internacional que estabelecia uma cota de 3.400 toneladas/ano para o Brasil. Ele solicitou um momento para ler uma carta de repúdio da comunidade acadêmica e propôs uma moção de apoio do Conape para a manutenção da Portaria Interministerial MPA/MMA nº 30 de 2025.

2.7 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**: agradeceu a Marco Bailon por contextualizar os demais conselheiros sobre o tema e acatou a solicitação, reservando um momento, no fim da reunião, para a leitura da carta e adoção de providências;

2.8 Com a palavra, **Cadu Villaça (Conepe)**: corroborou com a fala de Marco Bailon, classificando como absurdo o ocorrido na CONABIO. Ele solicitou um ajuste na agenda para que sua apresentação sobre os trabalhos do Conape na CONABIO, inicialmente marcada para o final da tarde, pudesse ser antecipada, devido a problemas de agenda.

2.9 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**: acatou a solicitação e reagendou a apresentação para o início da tarde, às 14:10h, o que atendeu à necessidade de Cadu Villaça.

2.10 Com a palavra, **Felipe Weber (Abla)**: agradeceu pelas providências tomadas em relação aos encaminhamentos da reunião anterior e reforçou a questão da lista de espécies ameaçadas e a vaga para a Sociedade Brasileira de Ictiologia para a nova comissão. Ele reiterou a preocupação com a inclusão da raia *Potamotrygon leopoldi* na lista de espécies ameaçadas, afirmando haver dados de monitoramento do IBAMA (provenientes do programa da Usina Hidrelétrica de Belo Monte) e uma pesquisa contratada que demonstram que a espécie não está ameaçada. Reclamou que, apesar de diversos pedidos em três reuniões, o IBAMA não disponibilizou as informações públicas ao MPA e à sociedade civil. Ele solicitou o cumprimento das duas recomendações do CPG Ornamentais e o reforço do encaminhamento para que o IBAMA disponibilize os estudos, evitando que a espécie seja incluída na lista erroneamente.

2.11 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**: reiterou a importância do MPA reforçar junto ao IBAMA o pedido de disponibilização desses estudos; esclareceu que o Ministério possuía um prazo para apresentar, junto ao CONABIO, dados para fundamentar o pedido de revisão da inclusão da espécie na lista de espécies ameaçadas, porém não foi possível cumprir esse prazo em razão da não disponibilização desses estudos.

2.12 Com a palavra, **Ajax Tavares (Confapesca)**: manifestou solidariedade e apoio às falas dos membros Felipe e Bailon. Ele solicitou a inscrição da Confapesca no **Comitê de Cumprimento** e se desculpou pelo atraso na formalização. Por fim, ele manifestou interesse em discutir a audiência pública sobre o PL 1303 no Senado Federal.

2.13 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**: sugeriu que o tema fosse tratado no segundo item da agenda da tarde, que abordaria as novas regras do RGP e o seguro-defeso.

2.14 Com a palavra, **Marco Bailon (Aoceano)**: solicitou um momento na programação da reunião para tratar da moção sobre o tubarão azul.

3 MEDIDAS DE APOIO AO SETOR EM DECORRÊNCIA DO TARIFAÇO DOS EUA E A ABERTURA DE NOVOS MERCADOS

3.1 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**: acatou a solicitação de Marco Bailon, informando que o tema seria tratado no segundo dia de reunião. Deu seguimento à reunião e passou para o item 3 da pauta, sobre as medidas de apoio ao setor em decorrência do tarifaço dos Estados Unidos e abertura de novos mercados.

3.2 Com a palavra, **José Luiz Vargas (SNPI)**: destacou a necessidade de diversificação de mercados como reação às tarifas adicionais recentemente impostas pelos Estados Unidos. Destacou que desde o início da sua atuação no Ministério vem trabalhando pela diversificação, a fim de reduzir a dependência em relação aos compradores americanos. Atualizou os presentes sobre o andamento dos esforços para a abertura de novos mercados: informou que o Reino Unido enviou o relatório preliminar da missão ocorrida em setembro do ano passado, e o MPA e o Ministério da Agricultura estão trabalhando conjuntamente para responder às recomendações. A meta é reabrir o mercado do Reino Unido ainda este ano. Em relação à União Europeia, o Ministro André de Paula solicitou ao Comissário da DG SANTE a priorização da missão de auditoria, que ainda não está prevista para este ano. O MAPA solicitou, a pedido do MPA, uma agenda técnica com a área de auditoria para dirimir dúvidas. Informou que a China ampliou a lista de produtos aceitos do Brasil, permitindo agora a exportação brasileira de todos os produtos do extrativismo e da pesca. Sobre a promoção em mercados já abertos, informou que o Ministério tem atuado no sentido de diversificar as exportações, com participação nas feiras de Boston, Barcelona (com a presença do Ministro) e a próxima feira em Qingdao, China, em outubro. Foram realizados seminários com Canadá e Austrália, e um próximo seminário com a China está sendo organizado. Além disso, a Secretaria está organizando agendas para missões técnico-comerciais. Citou a iminente assinatura do acordo Mercosul-EFTA, que reduzirá tarifas a zero (com exceção da Suíça, devido aos requisitos da UE), abrindo oportunidades de mercado na Islândia, Liechtenstein e Noruega. Sobre as medidas de apoio ao setor adotadas em resposta ao tarifaço, esclareceu que o governo está, antes de tudo, mobilizado para a retirada das tarifas dos EUA. O Plano "Brasil Soberano" (MP 1.309 de 2025) incluiu a concessão de crédito extraordinário (R\$ 30 bilhões para todos os setores) para estoque e capital de giro, o que é especialmente útil para produtos como lagosta e pargo, de relativamente fácil estocagem. A segunda medida importante são as compras públicas, facilitadas pela portaria conjunta MAPA/MDA, que beneficiam produtos que se adequam ao escopo. Informou, por fim, que o MPA enviou um ofício à comissão organizadora da COP-30 sugerindo que as empresas contratadas comprem de empresas afetadas pelo tarifaço. Também está sendo preparado um ofício ao FNDE para que os municípios, na aquisição da merenda escolar, deem preferência a estas empresas.

3.3 Com a palavra, **Paulo Sérgio (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS)**: informou que o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) executa o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que compra especificamente da agricultura familiar. Ele explicou que o MDS está fazendo um levantamento da demanda de pescado junto às cozinhas solidárias (programa instituído junto com o PAA) para subsidiar a compra pública facilitada, conforme o Capítulo VIII da MP nº 1.309 de 2025. Ele enfatizou a necessidade de orçamento, em discussão interna, e o uso de um instrumento ágil para a compra.

3.4 Com a palavra, **Renato da Silva (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDIC)**: confirmou a assinatura do acordo Mercosul-EFTA no dia de hoje. Sobre o tarifaço dos EUA, ele destacou o grande empenho do Governo, sob a liderança do Vice-Presidente Geraldo Alckmin, para reverter as tarifas adicionais ou ampliar a lista de exceções, que hoje já soma quase 700 produtos. Argumentou que a medida americana é "injustificável" e desprovida de embasamento, pois o Brasil tem um déficit comercial acumulado de 410 bilhões de dólares com os EUA nos últimos 15 anos. Além disso, a tarifa média efetiva aplicada às importações norte-americanas é de apenas 2,7%, e 8 dos 10 principais produtos importados dos EUA têm tarifa zero. Em relação às medidas de apoio, mencionou o crédito, as compras públicas e ações tributárias da MP nº 1.309, como o diferimento de prazo de vencimento de tributos e priorização de análise de restituição de créditos. Ele também destacou a prorrogação do prazo para cumprimento de compromissos de exportação no regime de *Drawback-Suspensão*, relevante para a tilápia, que terá um ano a mais para os atos concessórios com vencimento até o final deste ano. O MDIC continua trabalhando na diversificação de mercados para diminuir a dependência dos EUA. Sobre a cota

tarifária para importação de sardinha enlatada (7.500t com alíquota zero), o diretor informou que ela tem sido pouco utilizada, com apenas 447 toneladas (6%) consumidas até o momento, o que sugere tranquilidade para o setor, mas reconheceu a necessidade de análise para rever a medida.

3.5 Com a palavra, **Agnaldo Hilton (Pesca BR)**: agradeceu o trabalho do MPA e do Diretor José Vargas na abertura de novos mercados. Ele mencionou o acompanhamento das demandas do Reino Unido e o recebimento de empresários da Itália em outubro. Agnaldo expressou preocupação com a dificuldade de as indústrias acessarem os créditos anunciados, pois estão em "UTI" devido ao tarifaço. Ele questionou a questão da tarifa da sardinha, que considera desproporcional por somar uma tarifa ao produto acabado. Enfatizou a necessidade de o governo combater o desperdício/descarte de alimentos, citando que muito pescado é jogado fora, e que o setor não tem dados atualizados, sugerindo que o tema do descarte seja incluído na pauta de encaminhamentos. Citou que, no Peru, a avaliação de estoque é feita a cada dois anos, enquanto no Brasil leva 15 anos.

3.6 Com a palavra, **Paulo Sérgio Cândido Alves (MDS)**: respondeu que levaria a discussão do combate ao desperdício internamente, pois o MDS também tem prioridade em mitigar perdas. Ele destacou que o PAA busca ampliar a proteína nas refeições, e o pescado é item importante neste sentido.

3.7 Com a palavra, **Gilberto Sales (MMA)**: aproveitou a fala de Agnaldo para comentar sobre o conceito de conformidade que seria trabalhado no dia seguinte. Ele defendeu que o MMA não deve ser visto como um limitador, mas como a base da biomassa da pesca, e que a legislação brasileira se tornou disfuncional. Ele manifestou interesse em retomar a discussão do Plano de Conformidade da Pesca para revisar as normas e criar um ambiente legal mais amigável, citando o descarte como uma das consequências da disfunção normativa. O Diretor expressou total apoio e interesse em participar do Pró-Estoques, vendo-o como uma forma de garantir a avaliação contínua e permanente dos estoques e evitar que mais espécies sejam classificadas como ameaçadas. Em resposta a Felipe Weber, explicou que não encontrou o ofício da Abla sobre a raia e sugeriu que os dados buscados poderiam fazer parte de processos de licenciamento ambiental sob gestão do IBAMA, comprometendo-se a buscar a informação. Reiterou que a espécie não entrou na reavaliação por falta de dados novos, e reforçou que a relação entre meio ambiente e o setor deve ser mais construtiva e menos hostil.

3.8 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**: esclareceu a Gilberto Sales que os ofícios sobre a raia foram direcionados ao IBAMA e não ao MMA. Em seguida, foi iniciado o ponto de pauta sobre a COP 30, que tratará de mudanças do clima.

4 COP30 - CONFERÊNCIA DAS PARTES

4.1 Com a palavra, **Eduardo Sfoglia (Assessoria de Assuntos Internacionais do MPA)**: apresentou o Grupo de Trabalho do MPA para a COP30, do qual é secretário-executivo. Ele destacou que a COP30, sediada pelo Brasil, é um espaço de oportunidades, e o Conape deve se sentir integrado. As secretarias do MPA identificaram diferentes prioridades: a) SNPI: soluções amazônicas para o clima, valorização do produto local, pesca ornamental; b) Secretaria Nacional de Aquicultura: participação no Plano Clima, interiorização da carcinicultura, múltiplos benefícios da algicultura; c) Secretaria Nacional de Pesca Artesanal: pesca como forma de conservar o meio ambiente; d) SERMOP: conexão entre a COP do clima e a COP de espécies migratórias (Pantanal), e a importância dos dados; e) Assessoria de Participação Social e Diversidade: agenda de clima e gênero. Apesar das diferentes visões, as unidades concordam em dar visibilidade aos sistemas alimentares aquáticos como soluções climáticas e colocar os povos das águas no centro da ação climática. Explicou que a pesca é um dos setores com menor impacto em termos de carbono, mas que o setor é o que tem a maior vulnerabilidade às mudanças climáticas. Afirmou que 3,3 bilhões de pessoas dependem dos oceanos para a produção de alimentos, e a pesca de pequena escala é a mais vulnerável a danos aos ecossistemas marinhos; que a pesca e a aquicultura estão ascendendo nas negociações climáticas. Em 2023, houve o primeiro diálogo sobre oceanos e clima, onde o primeiro tema escolhido foi pesca e segurança alimentar, concluindo que é necessário integrar soluções climáticas baseadas em alimentos aquáticos. Sobre a COP30 em Belém: haverá a Zona Azul (negociações), a Zona Verde (eventos, estandes, feiras), e outros espaços.; o Brasil terá um pavilhão com eventos, e o MPA terá eventos no AgriZone, da Embrapa; os temas de pesca e sistemas alimentares serão nos dias 19 e 20 de novembro, e oceanos nos dias 17 e 18. Ele ressaltou a importância da presença do setor na COP 30, pois

a pesca e a aquicultura são temas de interesse universal que alimentam 3,2 bilhões de pessoas e garantem emprego para 500 milhões de pessoas, contribuindo com meio trilhão de dólares ao PIB mundial. Enfatizou que o pescador artesanal é o grupo social mais vulnerável. No entanto, o setor recebe menos de 1% dos fundos climáticos globais. Eduardo Sfoglia mencionou que o setor se enquadra em diversos tópicos de negociação, como o Fundo de Perdas e Danos e a agenda de Gênero, ressaltando o GT Clima e Gênero do MPA. Na Agenda de Ação do Brasil, o setor foi incluído no Eixo 3 (Transformação da Agricultura e Sistemas Alimentares). O objetivo é ter sistemas alimentares mais resilientes, adaptados e sustentáveis, com duas frentes de ação tocadas pelo MPA, que envolvem a valorização da pesca e aquicultura como estratégias de mitigação e adaptação, com benefícios sociais e econômicos. Celebrou que o MPA conseguiu incluir cinco organizações relacionadas à pesca e aquicultura na Agenda de Ação, o que assegura a representação do tema pelo menos até 2028. Por fim, mencionou os três planos de aceleração, destacando o uso de sistemas alimentares aquáticos como soluções climáticas, e a valorização de espécies como o tambaqui, o pirarucu e a tilápia na taxonomia sustentável.

4.2 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**: retomou a palavra para tecer comentários sobre a COP30. Ressaltou que a COP é complexa, não é uma "festa", mas sim uma agenda de ação e negociação estratégica para o governo brasileiro, visando colocar em discussão temas importantes. Ele lembrou que o público da pesca e da aquicultura, estando na linha de frente, é o primeiro a sentir os efeitos das mudanças climáticas. Agradeceu a Eduardo Sfoglia pela apresentação "sucinta" e esclarecedora, apesar da complexidade do tema. Em seguida, abriu a palavra para a equipe da Assessoria de Participação Social e Diversidade (APSD) para detalhar a participação social nas discussões da COP30.

4.3 Com a palavra, **Paulo Faria (APSD)**: Cumprimentou os conselheiros e destacou o papel estratégico da participação social no governo atual, sendo prioridade a efetivação e o estímulo à discussão do público de cada área com o governo. Ele mencionou a preocupação da sociedade civil sobre como participar da COP30, dadas as dificuldades iniciais em obter informações claras. Ele apresentou a plataforma Brasil Participativo, que centraliza as formas de participação da sociedade nas políticas públicas. Dentro da plataforma, existe um ponto específico sobre a COP30. A primeira forma de participação oficial é através dos mecanismos de participação social, sendo o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (Conape) o principal no âmbito do Ministério. Uma proposta de documento é discutida no Fórum Interconselhos, onde as demandas de cada conselho são reunidas e apresentadas oficialmente à COP. A segunda forma é por meio dos Fóruns de Participação Social em cada um dos 27 estados, onde são discutidas políticas públicas federais de forma geral (incluindo acesso à universidade, Bolsa Família e SUS para pescadores e aquicultores). Lamentou a pouca representatividade do setor nesses fóruns e fez um convite aos pescadores e aquicultores para uma maior participação, anunciando a intenção de marcar reuniões para explicar melhor o processo. Dentro desses fóruns estaduais, foi feito um recorte denominado "Vozes da Amazônia", que resultará em um documento específico com as demandas da sociedade civil organizada da região amazônica para ser apresentado na COP30. A terceira forma de participação é o credenciamento das entidades da sociedade civil para a Zona Azul. Para isso, a instituição interessada deve se candidatar na plataforma *Brasil Participativo*, preenchendo um formulário detalhado que inclui a menção a conselhos ou fóruns de que faz parte, alinhamento com temas transversais (como clima, raça, gênero, deficiência), resumo e objetivos de participação. Podem concorrer a este espaço o setor privado (através de organizações e associações representativas), representações do Executivo, Legislativo e Judiciário, devendo ser garantida a ampla representação social nacional e a afinidade com o tema. A participação oficial na Zona Azul garante acesso a todos os momentos de discussão dentro do evento. Destacou que essa ampla inclusão da sociedade civil na COP30 é uma iniciativa do Brasil, já que historicamente a participação social não é tão presente nos momentos mais fechados das COPs.

4.4 Com a palavra, **Sheila Cavalcante (APSD)**: apresentou outras três formas de participação importantes que dependem do engajamento direto das instituições. O portal *Brasil Participativo* foi concebido para atingir grupos que não estarão presentes nos dias presenciais e para contemplar o evento de longo prazo que é a COP. A primeira delas é o Cadastro de Soluções para a Crise Climática. A ideia é que grupos com uma experiência de solução climática, implementada ou inédita, possam cadastrá-la. As soluções são analisadas por uma comissão, e as cinco melhores serão apresentadas na própria COP30 e farão parte dos anais do relatório da sociedade civil. Os critérios incluem a relevância para o contexto brasileiro, o alinhamento com a agenda de ação da COP (cinco eixos mais um extraordinário) e o potencial de impacto e replicabilidade. Ela citou o exemplo da aquicultura, que, se tiver um potencial ambiental significativo, pode ser cadastrada como solução climática. Ela reforçou que este é um processo novo e

que, atualmente, praticamente não há nenhuma solução cadastrada na área de pesca e aquicultura, convidando a sociedade organizada a comunicar e votar nas propostas do setor. O prazo de cadastro para soluções e atividades encerra-se no dia 13 de outubro para que ocorram as votações. O segundo espaço de participação é o Cadastro de Atividades, para que organizações que realizaram ações com o tema de clima e mudança climática possam registrar e dar visibilidade às suas iniciativas. Isso permite mapear as ações da sociedade civil e está diretamente relacionado à possibilidade de conseguir apoio para as iniciativas cadastradas. A terceira forma é o registro dos Diálogos Autogestionados do Balanço Ético Global. Trata-se de diálogos em nível local (escola, grupo, associação, colônia de pesca) sobre o clima, que podem ser documentados e submetidos através de um formulário, seguindo cinco perguntas norteadoras. Os diálogos podem ter formatos diversos, como artístico ou cultural, e o espaço para registro está aberto permanentemente. Fez um convite especial às mulheres do Conape para aderirem ao grupo que está sendo organizado pelo MPA, em torno de gênero e clima, que já realizou quatro ou cinco reuniões e pretende discutir políticas públicas na área.

4.5 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**: abriu a plenária para perguntas e considerações sobre o tema da COP30, passando a palavra para os conselheiros inscritos.

4.6 Com a palavra, **Marilza Fernandes (Peixe SP)**: iniciou sua intervenção cumprimentando os apresentadores e expressando que a fala de Eduardo Sfoglia a fez lembrar de um artigo do Conepe intitulado "O luto, a vergonha, a liderança e a honra". Ela recomendou a leitura do texto, que trata da gestão compartilhada e do acesso ao pescado, e versa sobre a oitava reunião extraordinária do Comitê Permanente para Uso Sustentável de Atuns e Afins. A conselheira expressou estranheza com as apresentações, sugerindo uma "certa incoerência" em relação ao que se fala e o que se faz na gestão. Ela se comprometeu a postar o link do artigo no chat para que todos pudessem refletir.

4.7 Com a palavra, **Wagner Valenti (Aquabio)**: parabenizou Eduardo, Sheila e Paulo pelas apresentações, considerando a síntese da COP e as formas de participação esclarecedoras. Ele fez algumas observações técnicas: sobre a água doce, lembrou que o Brasil possui 12% do fluxo anual de água doce do planeta, mas a maior reserva está nos grandes lagos (20% da água doce superficial), detalhe importante que pode surgir nas discussões. Sobre macroalgas marinhas, alertou que as macroalgas não sequestram carbono (não há acumulação permanente), mas sim são sistemas de baixa pegada de carbono que absorvem carbono da atmosfera. Também levantou a dificuldade de cultivo na Amazônia, pois as macroalgas requerem águas claras, e a Foz do Rio Amazonas possui grande depósito de sedimentos. Sobre a Economia Circular, sugeriu que o Ministério deveria focar e incluir a transição do modelo de economia linear para o circular, como uma mudança de paradigma crucial para as ações climáticas. Sobre propostas concretas para atender a demanda por ações práticas, ele apresentou dois exemplos de estudos bem elaborados: a produção de tambaqui, substituindo a recuperação de pastagens degradadas na Amazônia (perto de 8 milhões de hectares) para pecuária pela produção de tambaqui, o que utilizaria apenas 2% da área, permitindo o reflorestamento dos 98% restantes para gerar aumento de biodiversidade, créditos de carbono e maior rentabilidade econômica; e a redução da pesca de arrasto (*trawling*) de fundo na pesca artesanal, que gera um impacto gigantesco, propondo o aproveitamento de organismos dessas espécies, que possuem moléculas biologicamente ativas de alto valor, introduzindo os princípios da economia circular e aumentando a renda do pescador artesanal. A redução do arrasto também recupera o oceano, diminui a queima de combustível fóssil e serve como prevenção às mudanças climáticas, oferecendo uma alternativa de renda. Ele se colocou à disposição para colaborar com o Ministério nessas propostas concretas.

4.8 Com a palavra, **Ajax Tavares (Confapesca)**: manifestou-se surpreendido positivamente com a apresentação de Eduardo, pois nas reuniões do Fórum Interconselhos de que participou não havia visto propostas e medidas para a pesca e aquicultura. Ele pediu que as apresentações fossem disponibilizadas para que pudesse redirecionar a discussão na Confapesca.

4.9 Com a palavra, o **Secretário Executivo, Rivetla Édipo**: assegurou que todas as apresentações do Conape são disponibilizadas aos conselheiros ao final da reunião.

4.10 Com a palavra, **Dárlio Inácio (SBFic)**: também destacou a relevância das algas como bioindicadores e na eficiência da produção de oxigênio. Ele manifestou curiosidade sobre o mecanismo das submissões apresentadas e defendeu a importância da participação efetiva do setor de pesca e aquicultura na COP30, que é prioridade do Governo Federal, para dar visibilidade às ações e atividades. Ele considerou a Bioeconomia, tema a ser apresentado por Cadu Vilaça no dia seguinte, como um "canal da praticidade" e uma forma de mostrar o setor na COP. Ele informou que o Plano Nacional de Bioeconomia está em consulta pública até o início de outubro e que seu grupo de trabalho propôs a inclusão da aquicultura e da pesca. Ele solicitou o apoio das Secretarias do Ministério para que o setor consiga se encaixar nas possibilidades de participação.

4.11 Com a palavra, a **Secretária-Executiva do Conape, Adriana Toledo**: fez uma intervenção em resposta a Dárlio e Ajax, esclarecendo que as informações sobre a COP30 foram apresentadas na reunião anterior, mas a Secretaria depende das informações que são disponibilizadas por outros órgãos. Ela informou que a Secretaria havia solicitado sugestões de temas para a COP30 aos conselheiros, mas apenas a Abla havia apresentado uma proposta. Ela enfatizou que o Fórum Interconselhos delibera com base nas propostas apresentadas pelos conselhos e que "nenhum outro conselho da Esplanada" apresentará propostas de pesca e aquicultura, a não ser o próprio Conape. Ela anunciou que seria apresentada no dia seguinte uma segunda oportunidade para os conselheiros escreverem propostas, discussões ou reflexões a serem consolidadas no documento que irá para a COP. Ela concluiu, concordando que a apresentação de Eduardo Sfoglia havia clareado a visão sobre os eixos de ação, facilitando a proposta de ações pelo Conape.

4.12 Com a palavra, **Eduardo Sfoglia (Assessoria Internacional)**: afirmou que o legado da COP será justamente a prática de refletir e apresentar "soluções nossas". Manifestou entusiasmo com a sugestão da cultura de tambaquis como alternativa econômica sustentável, pela sua capacidade de evitar o desmatamento. Por fim, convidou o conselho a ser propositivo, pois a COP30 é "uma oportunidade que não pode passar".

4.13 Com a palavra, **Paulo Faria (APSD)**: afirmou que Wagner compartilhou ótimas soluções, que devem ser submetidas à plataforma. Esclareceu a Ajax que é preciso ser proativo no Fórum Interconselhos, a fim de que as soluções do setor da pesca e aquicultura sejam incluídas no documento final. Sobre o artigo mencionado por **Marilza Fernandes (Peixe SP)**, destacou que é um artigo "bem duro"; mas que, no entanto, a participação social na formulação de políticas públicas é indispensável.

4.14 Com a palavra, **Ajax Tavares (Confapesca)**: por ter sido citado duas vezes, solicitou a palavra. Afirmou que os conselheiros "talvez tenham pecado" por não terem feito as proposições de forma tempestiva; que, no Fórum Interconselhos, não deixou de fazer as proposições relativas à pesca e aquicultura e que espera que elas sejam registradas no documento final.

4.15 Com a palavra, o **Secretário Executivo Rivetla Édipo**: agradeceu a participação e o trabalho da Assessoria de Assuntos Internacionais e da Assessoria de Participação Social e Diversidade e anunciou a pausa da reunião para o almoço.

5. APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES DO CONAPE NA COMISSÃO NACIONAL DE BIOECONOMIA

5.1 Com a palavra, o **Secretário Executivo, Rivetla Édipo**: após o retorno, a reunião prosseguiu com o próximo item da pauta, passando a palavra para Cadu Vilaça, para a apresentação sobre a Comissão Nacional de Bioeconomia (Conabio).

5.2 Com a palavra, **Cadu Vilaça (Conepe)**: apresentou as ações do Conape na Comissão Nacional de Bioeconomia. Informou que o Conape possui um assento na Conabio, e ele e o professor Dárlio Inácio foram eleitos como representantes titular e suplente, respectivamente. A Conabio foi instituída por portaria interministerial, envolvendo Meio Ambiente, MDIC e Ministério da Fazenda, sendo o local de discussão da governança nacional de bioeconomia, com a principal atribuição de elaborar e acompanhar a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio). A comissão é multi-ministerial e multi-órgão, com representação do setor empresarial (CNI, CNA, Sebrae) e da sociedade civil

através de outros comitês e conselhos, onde o Conape possui um assento. Ele mencionou a realização do Seminário Nacional de Sociobioeconomia, em Brasília, no inicio de agosto, que incorporou a sociobioeconomia como um componente da economia. Informou que o PNDBio está bem adiantado e aberto à consulta pública até 4 de outubro. O plano contém "pequenas colocações" sobre a pesca e aquicultura, mas não no nível desejado. Ele sugeriu que os conselheiros e entidades analisassem e pedissem mais destaque para o tema. Trouxe as seguintes considerações: a) a comissão e seu plano possuem um viés social claro para o produtor e a indústria comunitária de pequena escala, tendendo a ser antagônico ao grande investimento e ao empresariado; b) o foco principal é a Amazônia, como o "grande tesouro" do país, especialmente em relação à COP30; c) o foco da representação do Conape foi sempre trazer as atividades do conselho, ligando-se à produção de biomassa, pesca (extrativismo de recursos marinhos e fluviais, independentemente de ser artesanal ou industrial) e aquicultura; d) a implantação das pautas de pesca e aquicultura não foi simples, não havendo objeção, mas também não havendo "simpatia" por parte da comissão. Cadu Villaça questionou a transparência e aderência do governo às decisões dos fóruns participativos após os episódios citados durante a manhã (sobre o Conama e o CPG), e anunciou que protocolou, no dia 12 de setembro, uma carta de renúncia ao cargo de representante titular na Conabio em nome do Conape. Ele expressou estar "desconfiado de todos os processos participativos" e questionou, para a reflexão dos conselheiros, como proceder à substituição, já que Dárlío Inácio é o suplente.

5.3 Com a palavra, o **Secretário Executivo, Rivetla Édipo**: agradeceu o empenho e o cuidado de Cadu Villaça por ter participado de todas as reuniões e mantido o conselho a par dos acontecimentos. Ele ressaltou que Cadu foi escolhido por ser uma pessoa que busca o enfrentamento e impõe as questões da pesca e aquicultura. Informou que o Conape recepcionou a renúncia do Conepe e que, nos encaminhamentos finais, seria procedida a substituição da representação do conselho.

5.4 Com a palavra, **Dárlío Inácio (SBFic)**: enfatizou que foi muito bom trabalhar com Cadu, que sempre o manteve informado, e que ele pôde participar presencialmente de uma reunião na ausência do titular. Ele reforçou as considerações de Cadu, enfatizando as ações ligadas à aquicultura e pesca que foram contempladas no PNDBio. Ele acredita que é importante que o Conape mantenha a representação na Conabio, devido aos desdobramentos da execução do plano, e se colocou à disposição.

5.5 Com a palavra, o **Secretário Executivo, Rivetla Édipo**: agradeceu Dárlío e informou que a pauta da substituição seria retomada no dia seguinte, nos encaminhamentos, sugerindo que a SBFic (Sociedade Brasileira de Ficologia e Ecologia) assumisse a titularidade e que uma nova representação fosse escolhida como suplente. Dando prosseguimento à pauta, o Secretário Executivo passou ao item seguinte da agenda: novas regras do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) e seguro defeso. Ele lembrou que o tema visa trazer transparência e combater a fraude, citando a MP nº 303 e o decreto que a regulamentou, além de uma recente coletiva de imprensa. O tema foi trazido para que o MPA, em sua competência, tratasse das melhorias na base de dados do RGP.

6 NOVAS REGRAS DE REGISTRO GERAL DAS ATIVIDADES PESQUEIRAS DOS PESCADORES E PESCADORAS PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE SEGURO DEFESO

6.1 Com a palavra, **Carolina Doria (SERMOP)**: apresentou as diretrizes das novas regras, visando garantir a proteção ao pescador artesanal, o combate à fraude e a garantia de direitos. Ela lembrou os requisitos para ser considerado pescador profissional artesanal no RGP (pessoa física maior de 18 anos, exercer a atividade com fins comerciais, de forma autônoma ou familiar, com meios próprios ou contrato de parceria, atuando de forma desembarcada ou com embarcações de pequeno porte). Os requisitos para o seguro defeso incluem: a) registro no RGP por pelo menos um ano; b) possuir a condição de segurado especial na categoria de pescador profissional artesanal; c) exercer a atividade pesqueira de forma ininterrupta entre os defesos; d) não ter vínculo de emprego, outra relação de trabalho ou fonte de renda diversa da atividade pesqueira; e) ter comprovante de contribuição previdenciária referente à comercialização da produção. As novidades: apresentar a Carteira de Identidade Nacional – CIN; e residir em município abrangido ou limítrofe ao ato que institui o período de defeso. A Secretaria apresentou um gráfico comparativo, mostrando que a taxa de cobertura do seguro defeso (percentual de pescadores com RGP beneficiados) diminuiu de 78% a 80% (em 2018-2020) para 50% a 60% nos últimos dois anos (2023-2025), indicando que nem todos os indivíduos com RGP estão aptos ou solicitando o benefício. Sobre as novas medidas de controle ao acesso ao seguro defeso (a serem implementadas e executadas pelo MTE):

a) o pescador terá que apresentar notas fiscais de venda do pescado ou comprovantes de contribuição previdenciária ao longo do período de atividade (exemplo: 8 meses de contribuição para 4 meses de defeso); b) apresentar relatórios mensais que comprovem a atividade como pescador artesanal; c) ter registro biométrico obrigatório; d) apresentar a Carteira de Identidade Nacional; e) ter acompanhamento local por meio de coleta de dados geolocalizados para confirmar o local ou território de pesca; f) ter o endereço de residência conferido para verificar a compatibilidade com os territórios abrangidos pelo defeso. A Secretaria informou que o governo não fará mais a homologação através das prefeituras, e sim será acompanhado pelo Ministério do Trabalho. O MTE iniciará a conferência e força-tarefa em 5 estados: Maranhão, Piauí, Bahia, Amazonas e Pará.

6.2 Com a palavra, **José Germano Batista Rodrigues (Casa Civil)**: complementou que a força-tarefa nos 5 estados (Maranhão, Piauí, Bahia, Amazonas e Pará) será para verificar *in loco* a presença dos pescadores, e não para análise dos requerimentos. Ele esclareceu que os defesos que começaram antes do provável 1º de novembro continuam sendo enviados ao INSS, e os que começarem após a data em que o MTE assumir a responsabilidade serão enviados ao MTE, que terá um sistema de entrada similar ao do INSS.

6.3 Com a palavra, **Elizeu de Brito (Faep)**: levantou a preocupação sobre a exigência de nota fiscal, questionando se seria a nota fiscal emitida pelo pescador ou por quem compra o produto, visto que a maioria vende para pessoas físicas ou em mercados públicos sem nota fiscal. Ele perguntou se valeria apenas o mapa de produção ou se o pescador seria excluído por não poder apresentar a nota fiscal.

6.4 Com a palavra, **Felipe Weber (Abla)**: manifestou preocupação com a exigência da Carteira de Identidade Nacional (CIN), pois ouviu de pescadores de peixe ornamental (piabeiros) em Barcelos (AM) que eles não têm onde emitir o documento e não possuem recursos para viajar até Manaus, a capital. Ele sugeriu que se pensasse em um prazo mais longo para municípios sem possibilidade de emissão.

6.5 Com a palavra, **Gilberto Lima (CPP)**: corroborou a preocupação sobre a CIN, citando a Lei nº 14.534 de 2023, que estabelece o prazo de 2032 para a missão do CIN, e o decreto que exige a CIN até dezembro de 2025 para o defeso. Ele reforçou que muitos estados não têm condições de emissão até esse prazo. Seu outro questionamento foi sobre a geolocalização, perguntando como se daria esse processo e se o pescador teria que ter GPS.

6.6 Com a palavra, **Ajax Tavares (Confapesca)**: reiterou que a exigência da CIN é um "absurdo", perguntando se haveria uma linha especial de atendimento para o pescador, de forma imediata. Sobre a geolocalização, ele disse que a linguagem da medida não está correta, sugerindo que a base interpretaria que se está exigindo coordenadas geográficas. Ele também reforçou a questão da nota fiscal, já que a maioria vende para pequenos atravessadores sem pessoa jurídica, e o pescador, se tirar PJ, perde a condição de artesanal. Ele concordou com a necessidade de depuração do registro para combater fraudes, mas alertou para a importância de fazê-lo com o devido cuidado, para não prejudicar pescadores honestos. Ele defendeu que a relação com o pescador deveria ser tratada dentro do MPA.

6.7 Com a palavra, **Carolina Dória (SERMOP)**: respondeu que as dúvidas são sensíveis e estão sendo discutidas internamente com a Casa Civil e outros órgãos. Ela reforçou a importância da reunião extraordinária com o MTE. Sobre a nota fiscal, esclareceu que não precisa ser exatamente uma nota fiscal, mas sim um comprovante de venda do produto, como uma guia de transporte ou outro documento fiscal, mas que o MTE esclareceria melhor os tipos aceitos. Sobre a emissão da CIN, informou que o governo é sensível às dificuldades e que muitas associações e colônias já estão se mobilizando. Citou o exemplo do Rio Grande do Norte, onde o governo estadual e órgãos emissores estão fazendo uma força-tarefa para apoiar a emissão. Mencionou que a CIN é uma política pública de governo para que todos possam acessar melhor os benefícios. Em relação à diferença de prazos para o RGP e o defeso, o MPA está avaliando internamente se pode prorrogar o prazo do RGP. Por fim, sobre a geolocalização, esclareceu que não é necessário que o pescador tenha GPS. O pescador precisa apenas informar o nome do rio ou o local onde pesca, pois ele conhece as dobras e caminhos do ambiente em que trabalha, e indicaria o local no mapa.

6.8 Com a palavra, o **Secretário Executivo, Rivetla Édipo**: reforçou a importância da reunião extraordinária com o MTE para esclarecer as dúvidas levantadas, especialmente a formatação das exigências, já que o Conape estava tentando responder exigências de outra pasta.

6.9 Com a palavra, **Felipe Weber (Abla)**: sugeriu, como membro do conselho, que o Conape se manifestasse através de uma moção ou recomendação ao MPA, que é a casa do pescador e da aquicultura, para defender os interesses do público. Ele afirmou que os termos utilizados na medida não condizem com a realidade do público, e relatou ter ouvido da comunidade ribeirinha do Rio Negro que as novas dificuldades estavam "tirando o direito de pescar".

7 INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DA SERMOP

7.1 Com a palavra, **Carolina Doria (SERMOP)**: passando ao próximo item de agenda, apresentou as ações da Secretaria, considerando-as uma pauta mais positiva com entregas e produtos para apresentar. Ela anunciou cinco entregas previstas para outubro, relacionadas à estatística e pesquisa pesqueira: a) o Painel de Reconstrução Histórica da Pesca Marinha (1950 a 2022), fundamental para compreender a trajetória da pesca brasileira e subsidiar o ordenamento pesqueiro, fruto de um trabalho conjunto com pesquisadores – o Painel mostrará dados observados e estimados, pontos de amostragem no Brasil, a proporção de pesca artesanal e industrial, e a captura por espécie/grupo e ano; b) o Painel de Estatística Pesqueira e Aquícola (2023 a 2024), trazendo dados mais atuais e integrados; c) o Painel de Comércio Exterior do Pescado, que apresenta o desempenho do setor pesqueiro no mercado internacional (exportação e importação), demonstrando a importância do pescado e da aquicultura para a economia; d) o Painel de Avaliação do Estado de Estoques dos Principais Recursos Pesqueiros Comerciais, importante para apoiar as discussões do CPGs e a sustentabilidade, com informações sobre o status de pelo menos 81 estoques – o status é classificado por cores: vermelho (insegurança biológica), amarelo (segurança biológica, mas requer atenção) e verde (segurança biológica, pesca sustentável); e) o Boletim de Estatística Pesqueira e Aquícola (2023 e 2024), que compila todas as informações. A Secretaria também apresentou o Plano Nacional de Monitoramento de Estatística Pesqueira, que será lançado em outubro e tem como finalidade implantar o Sistema Nacional de Monitoramento Estatístico de Pesca e Recursos Pesqueiros, integrando os ambientes continental e marinho, com foco na sustentabilidade e valorização dos pescadores. O plano é coordenado pelo MPA, com parceria do MMA, instituições de pesquisa, órgãos ambientais, universidades e organizações da sociedade civil. Os pilares do plano incluem: a) integração de ambientes marinhos e continentais; b) formação de uma rede institucional; c) utilização de metodologias padronizadas e participativas (com envolvimento dos pescadores); d) integração de dados biológicos; e) interoperabilidade e segurança financeira. As etapas de consolidação do plano incluem: a) criação do "PesqBrasil ESTAT", um sistema integrado de dados que compilará, de forma padronizada, as informações dos diferentes programas de coleta; b) implementação da Rede Integrada de Estatística Pesqueira, que envolve a elaboração de protocolos, treinamento das equipes parceiras (incluindo as superintendências), e o estabelecimento de acordos de cooperação técnica com estados, municípios, colônias e entidades representativas; c) o estabelecimento de projetos-piloto de monitoramento em áreas com maior número de pescadores e solicitações de seguro defeso (citando os 4 estados mencionados anteriormente: Amazonas, Pará, Bahia e Maranhão), com o objetivo de subsidiar a revisão do defeso nessas regiões. O plano será liberado para uma consulta nacional para que todos possam dar sugestões e colaborar.

7.2 Com a palavra, o **Secretário Executivo, Rivetla Édipo**: destacou que a última estatística é de 2011 e que a ideia é publicar os novos dados em outubro. A plenária foi aberta para perguntas e considerações.

7.3 Com a palavra, **Marco Bailon (Aoceano)**: cumprimentou Carol e a SERMOP pela "audaciosa proposta", considerando-a necessária para o país. Sugeriu que as informações prestadas citassem as fontes de informação utilizadas. Ele viu a iniciativa como um encontro da proposta do Aoceano para a implantação de uma estrutura voltada à avaliação de estoques no MPA, o que não pode ser feito sem o

conhecimento pleno das pescarias. Ele registrou os cumprimentos e o apoio à iniciativa, que ele considera uma política de Estado.

7.4 Com a palavra, **Larissa de Santana Passos (Ministério das Mulheres)**: perguntou se, para além dos dados, haveria algum apontamento ou pauta referente à questão de gênero (mulheres).

7.5 Com a palavra, **Carolina Doria (SERMOP)**: respondeu aos questionamentos dos conselheiros sobre as ações da SERMOP. Em resposta a Bailon, informou que a maior parte dos dados é proveniente de parcerias com pesquisadores, universidades federais e instituições públicas de pesquisa. Parte dos dados foi obtida a partir de Termos de Execução Descentralizada (TEDs). Como exemplo, citou um projeto coordenado pela Professora Vitória Isaac com a Universidade Federal do Pará, integrando mais de 16 pesquisadores para obter informações sobre a Amazônia. A própria Secretaria informou ter cedido dados da pesca da região do Madeira de quase 30 anos para compilação. As fontes de cada região estarão asseguradas e disponíveis nas abas do Painel. No Plano Nacional de Estatísticas, o Ministério pretende iniciar a coleta organizada de dados a partir do próximo ano, além de utilizar os dados de parceiros. A Secretaria expressou a esperança de que haja recursos humanos e financeiros para a execução e perenidade do Plano, garantindo a continuidade do Ministério e a análise dos estoques. Em resposta a Larissa, a Secretaria informou que os dados apresentados no Painel (em lançamento) não possuem o recorte de mulheres. Contudo, o Boletim do RGP, publicado há cerca de 3 meses, indica que a participação de mulheres na atividade pesqueira é de cerca de 50%, e que o boletim está disponível no site do Ministério.

7.6 Com a palavra, **Larissa de Santana Passos (Ministério das Mulheres)**: afirmou que acompanha o Fórum das Mulheres Pescadoras, Aquicultoras e Marisqueiras, e a principal demanda é justamente a ausência do recorte de gênero nas pesquisas, pois as demandas das pescadoras são diferentes (questões de cuidado, administrativas). Sugeriu que o Ministério tivesse esse olhar para entender se as diferenças aprofundam as desigualdades ou se sequer aparecem no cenário. Muitas pescadoras relatam ser reconhecidas apenas como "pescadores", ou colocadas no processo como dependentes e não como trabalhadoras da pesca, o que gera problemas em "questões como INSS".

7.7 Com a palavra, o **Carolina Doria (SERMOP)**: agradeceu a contribuição, reconhecendo a preocupação das secretarias do Ministério. Ele informou que o levantamento socioeconômico do novo plano de estatísticas irá observar e coletar essas informações, incluindo o papel das mulheres no cenário da pesca.

7.8 Com a palavra, **Felipe Weber (Abla)**: enviou uma moção de recomendação pelo chat, devido à má qualidade de sua conexão. Para ele, o Conape deveria se manifestar, através de moção, contra as novas exigências para a manutenção das licenças do pescador profissional, para que as exigências fossem compatibilizadas com a realidade do segmento pesqueiro.

7.9 Com a palavra, o **Secretário Rivetla Édipo**: informou que a moção seria registrada para deliberação ao final da reunião. Em seguida, passou a palavra à Secretária Fernanda de Paula (Secretaria Nacional de Aquicultura) e às diretoras Luciene Mignani e Juliana Lopes para a apresentação sobre o Plano Nacional para Aquicultura e o Boletim Águas da União.

8 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANO NACIONAL PARA A AQUICULTURA E SOBRE O BOLETIM DE ÁGUAS DA UNIÃO

8.1 Com a palavra, **Fernanda de Paula (SNA)**: sobre o Boletim de Águas da União, gerado a partir dos dados do Relatório Anual de Produção (RAP) preenchido pelos cessionários, informou que seria lançado no dia 7 de outubro, às 9h30, no auditório do SIG (MPA). Os dados são referentes ao ano de 2024. O relatório tem conseguido incluir informações cada vez mais robustas sobre a produção de organismos aquáticos (peixes, algas, moluscos) em águas da União. Um avanço é a base de dados usar como indicador o fósforo, o que permite trabalhar o manejo da produção e, com a melhoria da dieta e do manejo alimentar, aumentar a produtividade. Há informações sobre a proporção de mulheres que trabalham com aquicultura nesse boletim. O evento de lançamento também incluiria a entrega do prêmio de fotografia, já definido por votação. Sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura: estabelece 4 objetivos e 15 ações prioritárias (que vão desde regularização e cooperativismo).

até ciência, técnica e competitividade). A SNA está conduzindo o processo, utilizando o formato online para engajar o setor produtivo.

8.2 Com a palavra, **Luciene Mignani (SNA)**: afirmou que o Plano é articulado com a academia e órgãos de pesquisa e extensão. A elaboração do Plano está sendo feita em parceria com o Sebrae (que apoia com consultorias para as oitivas) e a CNA (que mobiliza o setor produtivo, especialmente os pequenos aquicultores). O Plano utiliza como base o Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura (PNDA), de 2022 (que ouviu cerca de 70 representações), e o Guia de Desenvolvimento Sustentável da FAO. O objetivo central é tornar a aquicultura brasileira uma referência em sustentabilidade, inovação tecnológica e inclusão social. A metodologia das oitivas visa validar informações, absorver novas sugestões e gargalos. As 15 ações do ProAqui foram organizadas em 4 Eixos Temáticos para facilitar a escuta: a) Governança Institucional: segurança jurídica, regularização ambiental e fundiária, sistematização de dados, assistência técnica e extensão rural; b) Sustentabilidade Aquícola: adaptação às mudanças climáticas e práticas ambientalmente responsáveis; c) Inovação Tecnológica: tecnologias de gestão de dados, produtividade, biossegurança, rastreabilidade e certificação; e d) Competitividade e Mercado: acesso a crédito, logística integrada e inserção em cadeias produtivas e mercados internacionais. As oitivas serão realizadas por segmento produtivo/cadeia produtiva (piscicultura, malacocultura, algicultura, carcinicultura, ornamentais e ranicultura), com 2 reuniões online e 1 presencial. Serão solicitadas indicações de representantes do Conape, Comitês de Competitividade, universidades, Embrapa e outras instituições. O processo de escuta está previsto para o período de setembro a novembro de 2025. Ao final, haverá uma plenária para validação e, posteriormente, consulta pública via Brasil Participativo. As oitivas serão divididas em 4 núcleos (Estratégico, Governança para Aquicultura Familiar, Técnico-Científico e Mercado). A apresentação listou, por macrotema, os principais desafios e soluções pré-identificadas, como a burocracia excessiva no licenciamento ambiental e falta de normas claras (solução: marco legal nacional específico e simplificado, revisão da Resolução Conama nº 413, e zonas aquícolas pré-licenciadas); baixa cobertura de assistência técnica (solução: rede nacional de extensionistas especializados e parcerias com universidades); concentração em poucas espécies (tilápia, tambaqui), fragilidade sanitária e baixa resiliência climática (solução: fomento à produção de espécies nativas e marinhas, sistemas multitróficos e de recirculação; falta de linhas específicas e garantias incompatíveis (solução: linhas de crédito com prazos compatíveis e apoio à regularização fundiária); risco ambiental/sanitário, aumento da desigualdade e exclusão tecnológica (solução: digitalização, pacotes tecnológicos para novas espécies, e tecnologias como vacinas, probióticos e sistemas de aquaponia). O Plano será um plano de ação para os próximos 10 anos. Espera-se aumento da produtividade, sustentabilidade, inclusão social e competitividade. Para viabilizar, é necessário definir indicadores, metas, parceiros, prazo e orçamento.

8.3 Com a palavra, **Dárlio Inácio (SBFic)**: sugeriu que a Secretaria utilizasse um documento elaborado pelo grupo de trabalho do Conape, que compilou as demandas das últimas conferências e das áreas finalísticas do Ministério (incluindo aquicultura), que ele acredita convergir com o novo Plano.

8.4 Com a palavra, **Luciene Mignani (SNA)**: agradeceu, informando que os relatórios das conferências trazem gargalos e soluções alinhadas ao que está sendo trabalhado, e que o documento seria muito bem-vindo.

8.5 Com a palavra, **Wagner Valenti (Aquabio)**: parabenizou a Secretaria pelo plano, que considerou "completo". Ele levantou dois pontos: as tecnologias listadas no Plano parecem ser "de ponta/modernas" (automação, informática), mas ele questionou se seriam adequadas à realidade dos mais de 200 mil pequenos produtores brasileiros. Ele citou a Ásia, que produz 92% da aquicultura mundial, sem o uso de tecnologias sofisticadas, defendendo que inovação não significa sofisticação. Sobre a inspeção sanitária, Wagner Valenti classificou o processo de inspeção sanitária no Brasil como "o mais rigoroso do mundo", o que prejudica o pescador artesanal e o pequeno produtor, forçando-os à ilegalidade. Ele citou o exemplo da União Europeia, onde pequenos produtores têm uma cota de venda direta ao consumidor, sem passar por frigorífico/inspeção, desde que seja em distância razoável (cerca de 100 km), o que viabiliza os pequenos. Ele fez a distinção entre inspeção (rastreabilidade/controle) e fiscalização (garantia da qualidade do produto), sugerindo que a inspeção, no modelo atual (exemplo do CIF no Ceagesp), não garante a qualidade ao consumidor final, e que o problema está na legislação e na

fiscalização. Ele sugeriu que o Ministério olhasse a legislação da União Europeia, onde a venda direta é incentivada.

8.6 Com a palavra, **Luciene Mignani (SNA)**: respondeu a Wagner Valenti, informando que as ações prioritárias do ProAqui não se atêm somente às competências do MPA, abrangendo também a sanidade e o bem-estar animal. Ela reconheceu que a sanidade é um gargalo e que o Plano está considerando as articulações institucionais para desburocratizar e viabilizar o processo, especialmente para os pequenos produtores. Em relação à tecnologia, ela disse que as escutas buscam entender como as tecnologias podem contribuir na ponta, e que a inovação fomentada pelo governo deve ter o viés de "bem comum" e ser acessível a todos, e não apenas a médios e grandes produtores. Ela convidou o professor a participar das oitivas por segmento.

8.7 Com a palavra, **Larissa de Santana Passos (Ministério das Mulheres)**: reforçou a sugestão de Dárlio Inácio, solicitando o encaminhamento dos documentos e das escutas do Fórum Nacional das Mulheres Pescadoras, Aquicultoras e Marisqueiras para o Plano. Ela se colocou à disposição para participar das oitivas e ajudar na sistematização, entendendo que este é um plano de Estado.

8.8 Com a palavra, **Felipe Weber (Abla)**: pediu um esclarecimento a Luciane sobre a participação das cadeias produtivas no eixo de comércio (varejo), que ele havia entendido como um macrotema separado das cadeias específicas (ornamentais, carcinicultura).

8.9 Com a palavra, **Luciane Mignani (SNA)**: esclareceu que todas as oitivas, por segmento produtivo, irão abranger todos os macrotemas e todos os elos da cadeia produtiva (incluindo o varejo/comércio).

8.10 Com a palavra, o **Secretário Executivo, Rivetla Édipo**: encerrou o item, parabenizando a SNA pela explanação. Passou para o próximo ponto de pauta, sobre a Resolução Conabio - Lista Nacional de Espécies Exóticas Invasoras.

9 APRESENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO CONABIO QUE RECOMENDA A PUBLICAÇÃO DA LISTA DE ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS PRESENTES NO BRASIL

9.1 Com a palavra, **Juliana Lopes (SNA)**: apresentou a preocupação do Ministério sobre a Lista Nacional de Espécies Exóticas Invasoras, que foi tema da reunião da Conabio na semana passada. A lista tem dois anexos (espécies já estabelecidas e espécies para erradicação). Mais de 50% das espécies de fauna elencadas são peixes, e cerca de 25% desses peixes são espécies da aquicultura. As espécies listadas incluem: Tilápia, Tambaqui (fora da bacia), Pirarucu (fora da bacia), Piaus, Curimatã, Tabacu (híbridos), Bagre Africano; *Litopenaeus vannamei* (camarão mais cultivado), *Penaeus monodon* (camarão tigre) e *Macrobrachium rosenbergii* (camarão gigante da Malásia); rã-touro (única espécie cultivada na ranicultura) e a alga *Kappaphycus alvarezii* (que está no anexo 2 para erradicação). Juliana Lopes manifestou a preocupação de que a lista: a) crie um imbróglio jurídico com a Portaria nº 145 de 1998 do Ibama (que trata da introdução e translocação de espécies para aquicultura e está em revisão); b) prejudique a abertura de mercado e a exportação de espécies classificadas pelo próprio Brasil como exóticas invasoras. Afirmou que a reunião da Conabio foi focada por um dia inteiro na discussão sobre a aquicultura e a Lista, pois ela abrange a maioria das espécies cultivadas. O MPA solicitou e obteve 45 dias para apresentar um contraponto (pedindo a retirada de espécies da lista) e avaliar a metodologia utilizada para o enquadramento. O prazo de 45 dias termina em menos de 40 dias. A SNA está reunindo especialistas e estudos contrários. Informou que nem mesmo o Vice-Presidente da Conabio soube responder como a lista será utilizada e qual será a aplicação pelos órgãos ambientais após a publicação.

9.2 Com a palavra, **Luciene Mignani (SNA)**: afirmou que a Lei Complementar nº 140 faculta ao Ibama a autorizar espécies exóticas para cultivo, e o enquadramento na Lista Nacional de Espécies Exóticas Invasoras (voltada à conservação) criará um conflito de competências.

9.3 Com a palavra, **Wagner Valenti (Aquabio)**: afirmou que a questão das espécies exóticas saiu do campo técnico para o ideológico. Ele destacou a divergência de conceito, pois a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) só considera invasora a espécie exótica que comprovadamente causa impacto negativo

(econômico, social ou ambiental). A metodologia utilizada no Brasil (Instituto Hórus, UF de Lavras) parece considerar invasora toda espécie exótica estabelecida, sem a necessidade de comprovação de dano, usando o princípio da precaução como "muleta". Sugeriu que a estratégia deveria ser o enfrentamento do conceito, utilizando o critério da CDB, e mostrando que a falta de comprovação de impacto após 50 anos de pesquisa indica que o impacto não é tão grande ou talvez nem mesmo exista.

9.4 Com a palavra, **Felipe Weber (Abla)**: reforçou a preocupação com a insegurança jurídica e o caráter ideológico das discussões, lamentando a falta de argumentos técnicos para o debate. Ele citou que a proibição de um alimento vivo para a aquicultura poderia "parar a aquicultura brasileira", caso fosse colocada em pauta.

9.5 Com a palavra, **Ricardo Padilha (MDIC)**: comentou que o problema se estende para fora do setor, atingindo outras culturas agrícolas exóticas no Brasil (laranja, banana, cana-de-açúcar, soja, galinha, porco). Enfatizou que um órgão do governo federal não pode criar insegurança jurídica e que a decisão política deve ter base técnica e científica, sendo o problema recorrente na governança. Informou que o MAPA e a CNA também solicitaram vistas para reavaliar as espécies incluídas, o que reforça a necessidade de uma aliança entre os Ministérios e o setor privado.

9.6 Com a palavra, **Laís Belsito (Abipesca)**: expressou forte preocupação com o que chamou de uma publicação "temerária", que surgiu de forma inesperada e sem a devida transparéncia para o setor produtivo. Ela ressaltou que a falta de clareza tem sido uma constante, criticando o ataque à transparéncia que anula a participação do setor na tomada de decisões. A questão central é um conflito de normas envolvendo espécies de camarão, como o *monodom* e o gigante azul da Malásia. O MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária) incluiu essas espécies em um regulamento técnico de qualidade, permitindo sua comercialização, compra, venda e consumo. No entanto, ela aponta a contradição de que, apesar da liberação para o comércio, a pesca dessas mesmas espécies não é permitida. A Abipesca vinha tratando com o MMA (Ministério do Meio Ambiente) justamente para mudar o ordenamento da pesca e permitir a exploração dessas espécies, quando subitamente surgiu uma lista sem que ninguém soubesse explicar como ela seria implementada. Laís classificou a situação como um "conflito de governança muito grave" e pediu o imediato encaminhamento de uma reunião extraordinária para que os responsáveis prestem esclarecimentos, sugerindo também que se politize o tema para dilatar o prazo, considerado muito curto para algo de tamanha seriedade.

9.7 Com a palavra, **Elizeu de Brito (Faep)**: apoiou a proposta de reunião extraordinária com o pessoal da lista. Elizeu citou o exemplo do camarão gigante da Malásia (em estudo desde 1974) e a revogação da IN 30 (tubarão azul) para reforçar que a publicação da lista representará "insegurança jurídica para não pescar, para não produzir e para não vender".

9.8 Com a palavra, o **Secretário Executivo, Édipo Araújo**: encerrou o tema, concordando que o problema é complexo. Ele informou que seria avaliada a realização de uma reunião extraordinária com os responsáveis pela lista da Conabio, para que eles fizessem uma apresentação e, a partir dela, o MPA pudesse construir uma estratégia de trabalho para levar uma proposta de retirada de espécies na próxima reunião da comissão. O Secretário Executivo então encerrou o primeiro dia da 45ª Reunião Ordinária do Conape, convocando os conselheiros para a continuação no dia seguinte, às 9h30 da manhã.

10 SEGUNDO DIA DE REUNIÃO

10.1. Com a palavra, o **Secretário-Executivo do MPA, Rivetla Édipo**: cumprimentou a todos e declarou aberto o segundo dia da 45ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (Conape). Em seguida, informou que a programação prevista para o período da manhã contemplaria a discussão sobre a regulamentação do cultivo de alimentos vivos utilizados na alimentação de formas jovens oriundas da aquicultura, a apresentação dos representantes do Conape no Grupo de Trabalho responsável pela revisão da Resolução CONAMA nº 413/2009, bem como as exposições referentes ao Comitê de Conformidade e aos Comitês de Competitividade da Tilapicultura, da Carcinicultura e da Pesca Esportiva, e a versão final do relatório do GT da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca. Adiante,

o Secretário-Executivo do MPA mencionou, ainda, que após essas apresentações seriam expostas as ações do Conape no âmbito do Fórum Interconselhos e que seriam tratados dois temas sugeridos pelo Senhor Marco Aurélio Bailon (Aoceano): a Moção de Posicionamento e a Portaria Interministerial nº 30, de 2025, relacionada à pesca do tubarão-azul. Em seguida, informou que, após a apresentação dos temas previstos, seriam tratados os encaminhamentos gerais da reunião, incluindo a indicação do membro representante do Conape no Comitê Executivo do Planejamento Espacial Marítimo. Por fim, passou a palavra ao conselheiro Felipe Weber (Abla) para realizar a apresentação sobre o tema referente ao cultivo de alimentos vivos utilizados na alimentação de formas jovens oriundas da aquicultura.

11. REGULAMENTAÇÃO DO CULTIVO DOS ALIMENTOS VIVOS UTILIZADOS NA ALIMENTAÇÃO DE FORMAS JOVENS ORIUNDOS AQUICULTURA

11.1 Com a palavra, **Felipe Weber (Abla)**: iniciou sua fala cumprimentando os participantes e destacando a relevância da regulamentação dos alimentos vivos utilizados na alimentação de organismos jovens na aquicultura, tema essencial para o fortalecimento e modernização do setor. Em seguida, explicou que esses alimentos incluem uma ampla variedade de organismos — microalgas, rotíferos, crustáceos, vermes e larvas de insetos — empregados em diferentes etapas do cultivo por seu alto valor nutricional e pela capacidade de estimular o comportamento natural e o crescimento saudável dos peixes. Posteriormente, apresentou exemplos de espécies comumente utilizadas, como as microalgas *Chlorella*, *Skeletonema*, *Spirulina (Arthrospira platensis)* e *Chaetoceros*, além dos rotíferos *Brachionus* e *Keratella*, e dos crustáceos artêmia, dáfnia e copépodes, todos amplamente empregados como fontes proteicas de alta qualidade. Além disso, mencionou o uso de microvermes, *Grindal worms*, *Tubifex* e larvas de mosquitos e de *Drosophila*, que são alternativas ricas em nutrientes para alimentação de peixes e outros organismos aquáticos. Na sequência, destacou o papel dos alimentos vivos na aquicultura ornamental, utilizados não apenas como alimento, mas também na manutenção da qualidade da água, exemplificando com o uso de caramujos no controle de algas e microfilmes bacterianos. Adiante, ressaltou que essa prática é tradicional no Brasil há mais de 50 anos, porém sem respaldo formal ou comprovação de origem dos organismos, uma vez que muitos foram introduzidos informalmente por criadores, universidades e aquaristas. Nesse contexto, enfatizou a necessidade urgente de legalizar o uso e o comércio desses organismos, garantindo segurança jurídica aos produtores, adequação às normas vigentes e prevenção de problemas regulatórios. Ao abordar o marco normativo, apontou lacunas existentes em instrumentos como a Portaria nº 145/1998, a IN nº 21 e a Portaria nº 102 do IBAMA, que não abrangem os alimentos vivos nem as microalgas usadas na produção aquícola. Por fim, propôs ao Conape a criação de um Grupo de Trabalho conjunto com o MAPA para regulamentar oficialmente o uso dos alimentos vivos como insumos alimentares na aquicultura. Concluindo, defendeu a elaboração de regras claras sobre cultivo, seleção e rastreabilidade desses organismos, assegurando o desenvolvimento sustentável do setor e reconhecendo os alimentos vivos como base essencial da aquicultura brasileira — tanto na produção ornamental quanto na produção comercial.

11.2 Com a palavra, o **Secretário-Executivo do MPA, Rivetla Édipo**: agradeceu a exposição do conselheiro Felipe Weber Mendonça Santos (Abla) e declarou aberta a plenária para manifestações dos participantes a respeito do pleito apresentado pela Abla.

11.3 Com a palavra, **Winnie Muniz Brum (MAPA)**: questionou a regulamentação dos alimentos vivos e explicou que o Ministério já contempla a criação e o controle sanitário desses organismos em programas existentes. Insetos não aquáticos podem ser enquadrados em programas específicos, como os de abelhas e bicho-da-seda, enquanto os aquáticos são abrangidos pelo Programa de Animais Aquáticos. Informou que a área de alimentação animal do DIPOA também cobre alimentos vivos. Esclareceu que o trânsito de organismos entre propriedades exige Guia de Trânsito Animal (GTA), mas produtos destinados ao consumo direto, devidamente embalados e rotulados, são isentos de registro no DIPOA. Concluiu destacando a importância de detalhar, em eventual solicitação formal ao MAPA, quais pontos técnicos e normativos devem ser analisados para viabilizar a regulamentação adequada.

11.4 Com a palavra, **Felipe Weber (Abla)**: explicou que o uso de alimentos vivos na aquicultura ornamental é amplamente regulamentado em outros países, mas no Brasil enfrenta entraves técnicos e legais. Destacou que o SIPI Agro, do MAPA, não possui campo para o registro desses produtos, e que a Abla já solicitou ajustes sem retorno. Defendeu a criação de uma estratégia nacional para regulamentar os alimentos vivos, pois nem o MAPA nem os órgãos ambientais estaduais possuem registros das espécies utilizadas, o que dificulta a rastreabilidade e regularização da produção. Ressaltou que a ausência de

comprovação da origem desses organismos é um dos principais problemas, uma vez que o IBAMA controla a importação, mas sua lista não inclui as espécies mais comuns. Propôs que o MAPA crie mecanismos de cadastro e registro desses alimentos e atualize o Certificado Sanitário de Origem (CESI), que hoje contempla apenas peixes.

11.5 Com a palavra, **Winnie Muniz Brum (MAPA)**: concordou com a diferenciação e explicou que, no caso de importação, os organismos vivos devem ser enquadrados como animais vivos e acompanhados de CESI, com análise de risco conforme a espécie.

11.6 Com a palavra, **Felipe Weber (Abla)**: sugeriu que o MPA, junto ao MAPA e outros ministérios, elabore um plano de ação e uma norma específica para regulamentar o uso de alimentos vivos na aquicultura, garantindo segurança jurídica e preenchendo o atual vazio normativo. Em seguida, solicitou manifestação da Secretaria Nacional de Aquicultura sobre o entendimento técnico do tema e destacou a necessidade de internalizar a discussão na pasta, a fim de identificar o vácuo normativo e definir estratégias para os próximos passos. Em seguida, sugeriu que Conape encaminhasse ofício ao MAPA solicitando a adequação do SIPEAGRO para incluir a categoria de alimentos vivos, já que o sistema atual não permite o registro ou importação desses organismos.

11.8 Com a palavra, **Winnie Muniz Brum (MAPA)**: esclareceu que o encaminhamento não seria adequado, pois organismos vivos não se enquadram na categoria de alimentação animal, devendo ser tratados como importação de organismos vivos, o que abrange tanto animais aquáticos quanto insetos.

11.9 Com a palavra, **Felipe Weber (Abla)**: ressaltou que esse é justamente o ponto central da dificuldade, uma vez que, em outros países como Estados Unidos e Canadá, tais organismos são classificados como insumos alimentares e não como animais vivos, o que diverge da prática brasileira. Complementando, explicou que não é possível emitir o Certificado Zoossanitário Internacional (CZI) para alimentos vivos provenientes de países como Canadá ou Estados Unidos, ressaltando a importância de abrir diálogo com o MAPA e com as autoridades desses países para viabilizar a regulamentação e emissão do documento.

11.10 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**: ponderou que o tema ainda não havia sido suficientemente debatido para que o Conape encaminhasse uma recomendação formal ao MAPA. Sugeriu, portanto, que o assunto fosse primeiramente internalizado no MPA, especialmente junto à Secretaria Nacional de Aquicultura, a fim de construir um entendimento técnico conjunto. Acrescentou que o encaminhamento proposto pela Abla demandaria discussões bilaterais entre a entidade, o MPA e outras áreas competentes, destacando a necessidade de amadurecer o debate antes de qualquer ação formal.

11.11 Com a palavra, **Carlos Eduardo (Conepe)**: concordou com a necessidade de o tema ser inicialmente internalizado no MPA, ressaltando que é imprescindível uma equalização normativa antes de qualquer solicitação a outros órgãos. Destacou que não seria adequado encaminhar o assunto externamente enquanto o Ministério ainda não possui posicionamento consolidado, recomendando que a Secretaria Nacional de Aquicultura conduza o amadurecimento interno da pauta com apoio dos demais setores, analisando entraves e lacunas legais, inclusive nas listas do IBAMA e diretrizes do MAPA. Defendeu que essa abordagem tornará os encaminhamentos mais efetivos e evitará recomendações genéricas.

11.12 Com a palavra, **Kauara Brito Campos (Ministério da Saúde)**: questionou se a importação dos alimentos vivos é de fato proibida.

11.13 Com a palavra, **Felipe Weber Mendonça Santos (Abla)**: explicou que, segundo o modelo jurídico brasileiro, o que não está expressamente autorizado é considerado proibido.

11.14 Com a palavra, **Kauara Brito Campos (Ministério da Saúde)**: relatou sua experiência com o Sistema SISGEN durante pesquisas sobre o *Aedes aegypti*, destacando que a importação e exportação de organismos vivos exigem justificativas técnicas e análise de alternativas nacionais. Alertou para os riscos ambientais e sanitários ligados a espécies exóticas e sugeriu que o Conape, em parceria com o MPA, elabore uma nota técnica ao MAPA solicitando avaliação dos riscos e da viabilidade da importação desses organismos para a aquicultura.

11.15 Com a palavra, **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**: agradeceu a contribuição da de Kauara Brito Campos (MS) e concedeu a palavra a Winnie Muniz Brum (MAPA).

11.16 Com a palavra, **Winnie Muniz Brum (MAPA)**: concordou com as manifestações anteriores e ressaltou a necessidade de ampliar o debate para identificar as lacunas que exigem regulamentação. Explicou que a espécie *Artemia* já é regularmente importada com certificação e controle sanitário adequados, passando por quarentena e testagens antes do uso na produção aquícola. Destacou, contudo, a importância de compreender melhor os entraves normativos que persistem.

11.17 Com a palavra, **Luiz Cláudio (CBPA)**: reforçou a importância de aprofundar o diálogo com o IBAMA sobre o controle e a quarentena de espécies invasoras, citando exemplos como o mexilhão-verde e o mexilhão-dourado, introduzidos por meio da água de lastro. Defendeu uma atuação integrada entre o MAPA e o IBAMA para definir estratégias conjuntas de prevenção e monitoramento e manifestou o interesse da CBPA em acompanhar as ações propostas por Felipe Weber (ABLA) no âmbito do Conape, visando fortalecer o debate técnico e garantir segurança ambiental e normativa ao setor aquícola.

11.18 Com a palavra, **Felipe Weber (Abla)**: manifestou apoio à criação de um grupo de trabalho para aprofundar o debate sobre alimentos vivos, ressaltando, porém, que a ausência de regulamentação já representa um problema concreto que requer tratamento urgente pela Secretaria Nacional de Aquicultura (SNA). Sugeriu que a SNA convoque conselheiros interessados, como representantes da Peixe BR e a conselheira Marilza Fernandes (Peixe SP), para uma reunião específica sobre o tema.

11.19 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**: questionou se a Abla havia formalizado o tema junto ao MPA;

11.20 Com a palavra, **Felipe Weber (Abla)**: esclareceu que esta era a primeira apresentação ao Conape, embora a entidade já tivesse comunicado o MAPA.

11.21 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**: reconheceu a relevância da pauta e propôs articulação imediata entre o MPA e a ABLA, com reuniões estruturadas para dar continuidade ao debate. Encaminhou que o Conape recomende à SNA a manutenção das discussões com participação dos conselheiros interessados.

11.22 Com a palavra, **Dárlio Inácio (SBFic)**: colocou a Sociedade Brasileira de Ficologia à disposição para colaborar tecnicamente, destacando a existência de especialista na produção de alimento vivo.

11.23 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**: encerrou as intervenções e deu continuidade ao próximo item da programação, concedendo novamente a palavra a Felipe Weber (Abla) para prosseguir com sua apresentação sobre o CONAMA.

12. APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES DO CONAPE NO GT CONAMA – REVISÃO DA RESOLUÇÃO 413/2009

12.1 Com a palavra, o Conselheiro **Felipe Weber (Abla)**: relatou que, na sétima reunião do Grupo de Trabalho, houve substituição do relator: Joelito (IBAMA) foi retirado e um novo relator indicado pelo Ministério do Meio Ambiente assumiu. Em razão disso, atendeu-se à solicitação do MMA para reiniciar o debate desde o começo, pois o Ministério não participara das etapas anteriores. Seguiram-se a sétima, oitava, nona e décima reuniões, além de uma extraordinária, com maior participação técnica do MMA; embora positiva, a ampliação gerou retrabalho, pois todos os pontos precisaram ser revistos. As reuniões ocorreram em 23 de setembro e 7 de outubro, com presença de órgãos ambientais, entidades representativas, especialistas convidados, IBAMA, MMA e MPA. O tema central da resolução alcança aspectos da aquicultura (excluída a carcinicultura). MMA e ICMBio propuseram artigo autorizando a atividade apenas com espécies autóctones/nativas, permitindo exóticas ou híbridas somente mediante ato normativo federal específico e diretrizes de mitigação de impactos. O conselheiro esclareceu que o grupo entendeu que a norma não deve tratar diretamente de espécies; acordou-se nova redação mantendo o princípio (autóctones/nativas como regra e exóticas/alóctones/híbridas só com ato federal e mitigação), mas sem listagens. Advertiu, porém, que o texto, ainda que aprovado, pode gerar conflitos com normas estaduais (por exemplo, sobre cultivo de panga). Por fim, informou que houve sugestão de

incluir sanidade aquícola na Resolução CONAMA nº 413; o grupo defende que o tema é competência exclusiva do MAPA e deve ficar fora do escopo ambiental. Em seguida, informou que **Marilsa Patrício (Peixe SP)** havia enviado um áudio e solicitou autorização para reproduzi-lo ao plenário do Conape.

12.2 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo Araújo Cruz**: concedeu autorização.

12.3 Com a palavra, por meio de gravação de áudio, a conselheira **Marilsa Patrício Fernandes (Peixe SP)**: relatou que participava, paralelamente à reunião do Conape, de encontro com o SEBRAE de Minas Gerais e São Paulo sobre o desenvolvimento territorial do Baixo Rio Grande. Afirmou que, enquanto as estruturas ambientais forem dominadas por posições ideológicas, será difícil avançar em pautas de geração de emprego e renda na aquicultura e pesca. Manifestou preocupação com decisões recentes, como a redução de mais de 12% da cota de captura brasileira e a autorização de importação de tilápia do Vietnã, que, segundo ela, enfraquecem a produção nacional e eliminam empregos. Criticou a falta de reação do governo, mesmo com a criação do MPA, diante de restrições ambientalistas consideradas anacrônicas. Por fim, expressou apreensão com a revisão da Resolução nº 413 do CONAMA, temendo retrocessos e maior dificuldade no licenciamento ambiental do setor produtivo.

12.4 Com a palavra, **Felipe Weber (Abla)**, complementando a fala de **Marilsa Patrício Fernandes (Peixe SP)**: informou que está preocupado com o rumo dos debates no GT, apontando tom agressivo e lacunas técnicas de alguns participantes, inclusive proposta desproporcional de telamento obrigatório de todos os viveiros — inviável em açudes extensos. Alertou que a nova redação pode não refletir a realidade produtiva, tornando-se ainda mais restritiva e impactando negativamente a aquicultura nacional.

12.5 Com a palavra, **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**: agradeceu a exposição do conselheiro Felipe Weber (Abla) e passou a palavra a Luciene Mignani, Diretora do Departamento de Desenvolvimento e Inovação da SNA.

12.6 Com a palavra, **Luciene Mignani (MPA)**: explicou que o Grupo de Trabalho (GT) foi criado para tratar do licenciamento ambiental e, posteriormente, passou a abordar o tema das espécies exóticas invasoras, relacionado à Resolução da CONABIO. Observou que IBAMA, ICMBio e o MMA têm buscado enquadrar espécies utilizadas na aquicultura como invasoras, o que gera vácuo jurídico, já que o IBAMA regulamenta o manejo das exóticas estabelecidas. Destacou que o MPA coordena o GT na Câmara Técnica do CONAMA para qualificar o diálogo e reduzir divergências. Informou avanços, como a rejeição da “classificação de severidade” e a priorização das espécies nativas, mantendo o uso de exóticas sob atos do IBAMA, especialmente a Portaria nº 145. A minuta passará a usar critérios baseados na produtividade, mais condizentes com o impacto ambiental e de aplicação mais viável pelos órgãos estaduais.

12.7 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**: agradeceu a exposição e concedeu a palavra aos conselheiros.

12.8 Com a palavra, **Francisco Medeiros (Peixe BR)**: sugeriu que Felipe Weber (Abla) e Marilsa Patrício Fernandes (Peixe SP) convoquem reunião com o setor produtivo para acompanhar as discussões e formular proposições conjuntas.

12.9 Com a palavra, **Felipe Weber (Abla)**: informou que articulará o encontro com Marilsa Patrício.

12.10 Por fim, **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**: encerrou as intervenções e deu continuidade ao próximo item da programação, concedendo a palavra a Francisco das Chagas de Medeiros (Peixe BR) para apresentar os trabalhos do Comitê de Competitividade da Tilapicultura.

13. APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES DO COMITÊ DE COMPETITIVIDADE DA TILAPICULTURA

13.1 Com a palavra, **Francisco Medeiros (Peixe BR)**: informou que, em 15 de junho, o Comitê de Tilapicultura se reuniu para alinhar posições antes do Conape, justificando sua ausência presencial por compromissos em São Paulo no dia anterior: pela manhã, no “Vozes do Campo” (Globo Rural), com cerca

de 80 lideranças do agronegócio debatendo temas políticos e tarifários; à tarde, no VICTAM Latam 2025, focado em nutrição animal, discutindo rações e insumos para a piscicultura. Disse que acompanhava a sessão do Conselho durante deslocamento pelo interior paulista, dada a relevância das pautas. Sua intervenção visou registrar informes e formalizar comunicações ao Conape, pedindo posicionamento do Conselho para dar segurança e apoio institucional às agendas em curso. Destacou a votação, prevista para o mesmo dia, da MP nº 1.302/2025, com impactos para a política energética (energia social, fotovoltaica e eólica) e pontos de interesse direto da aquicultura. Ressaltou que a legislação atual garante tarifa de energia reduzida à noite — período de açãoamento dos aeradores, crucial à competitividade, como no Oeste do Paraná — e alertou que a MP transferiria às concessionárias a definição do horário da tarifa reduzida, podendo deslocá-la para momentos em que os produtores não demandam energia intensiva, afetando eficiência e previsibilidade. Relatou articulação com o dep. Danilo Forte (União/CE), autor da Emenda nº 406; diante de acordo do governo contra novas emendas, cogitou-se levar o tema à MP nº 1.304/2025, com risco de "jabuti" e futura supressão. Assim, o setor segue atuando junto à Frente Parlamentar da Pesca e Aquicultura, com apoio da CNA, da ABCC e da representação da Peixe BR em Brasília, que acompanha a tramitação. Concluiu informando que a votação ocorreria ainda no dia e ressaltou o apoio institucional e político do Ministro da Pesca e Aquicultura, André de Paula, que tem atuado pessoalmente em defesa das pautas estratégicas da aquicultura. O representante da Peixe BR informou que o relator da MP nº 1.302/2025 é deputado de Pernambuco, do União Brasil, o que tem facilitado o diálogo político com apoio do Ministro André de Paula, também pernambucano. Disse que, desde a semana anterior, foi solicitado ao ministro o engajamento da bancada do PSD — partido relevante na base governista — para reforçar a articulação junto às duas siglas. Agradeceu o empenho pessoal do ministro, destacando que a mobilização partiu do setor produtivo e dispensou ofícios formais, pois o titular do MPA tem atuado diretamente com deputados e senadores na sensibilização do Parlamento sobre a importância do tema para a aquicultura. Em seguida, relatou que a lista de espécies exóticas invasoras da Conabio foi amplamente debatida e que medidas técnicas já foram iniciadas. Informou que o Comitê de Tilapicultura concluiu ser essencial reconhecer a tilápia e o camarão como espécies domesticadas, garantindo respaldo técnico e jurídico ao setor. Pesquisadores foram mobilizados para produzir notas e revisões em até 45 dias, diante da urgência. Alertou que decisões têm se baseado em estudos frágeis e defendeu preencher a lacuna de evidências sobre domesticação, citando o exemplo do tambaqui. Pediu apoio do MPA e mobilização dos conselheiros para consolidar argumentos científicos e defender a aquicultura nacional. Advertiu que classificar espécies produtivas como "potencialmente invasoras" pode inviabilizar o licenciamento, impondo exigências como cercamentos e EIA/RIMA. Destacou que o país possui cerca de 237 mil viveiros escavados, que seriam diretamente afetados. Por fim, reiterou o pedido de apoio institucional do MPA, especialmente da Secretaria Executiva, para coordenar a resposta política, técnica e jurídica do setor. O conselheiro apresentou duas demandas principais. A primeira trata da importação de tilápia do Vietnã: reconhecendo as ações internas do MPA, solicitou manifestação pública do Ministério, por nota oficial ou canais institucionais, reafirmando apoio ao setor nacional diante das preocupações sanitárias e competitivas. Relatou que estudos enviados ao MAPA identificaram enfermidades em produtos vietnamitas e que análises recentes da Peixe BR, em laboratórios credenciados, constataram que mais de 90% das amostras de filés de panga estavam fora dos padrões da IN nº 21/2017. Destacou a gravidade da situação, pois as irregularidades envolvem frigoríficos habilitados a exportar tilápia ao Brasil, o que evidencia assimetria regulatória. Informou que os resultados serão tornados públicos e encaminhados ao MAPA, MPA e sociedade civil. A segunda demanda refere-se ao acesso à Nota Técnica do MPA sobre os PLs nº 4.470/2024 e nº 4.789/2024, que alteram o marco da pesca e aquicultura. Reforçou que o documento é essencial para qualificar o debate, pois o PL 4.789/2024, de iniciativa da Oceana, extingue o RGP e a Licença de Aquicultura. Defendeu transparência e ampla divulgação das justificativas técnicas do Ministério, reiterando o pedido do Comitê de Competitividade da Tilapicultura pelo envio da nota e subsídios complementares.

13.2 Com a palavra, **Rivetla Édipo, Secretário-Executivo do MPA**: agradeceu a **Francisco Medeiros (Peixe BR)** pela apresentação sobre o Comitê de Tilapicultura e enfatizou a necessidade de distinguir as manifestações e posições institucionais do comitê daquelas da entidade Peixe BR. Recordou que o último ponto — relativo aos Projetos de Lei em tramitação — já fora tratado na reunião anterior, quando se decidiu encaminhá-lo a uma reunião extraordinária. Na sequência, agradeceu a **Juliana Lopes da Silva (Diretora do Departamento de Aquicultura em Águas da União)** pelo esforço e continuidade dos trabalhos, reforçando a importância de oficializar as reuniões e remeter atas e encaminhamentos à Secretaria-Executiva do Conape, para garantir registro formal, acompanhamento e execução das deliberações, além de transparência e alinhamento entre conselheiros.

13.3 Com a palavra, **Carlos Eduardo (Conepe)**: corroborou a urgência apontada por **Francisco Medeiros (Peixe BR)** e observou possível restrição na divulgação da argumentação do MPA junto ao Congresso. Solicitou, portanto, acesso às informações, notas técnicas e fundamentos que embasam o posicionamento institucional.

13.4 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**: respondeu que não há qualquer restrição: a Assessoria de Assuntos Parlamentares e Federativos (ASPAR/MPA) está à disposição e as notas que sustentaram a posição inicial do Ministério podem ser compartilhadas. Esclareceu, ainda, que desde a primeira manifestação do MPA houve evolução de entendimentos e estratégias sobre os PLs, razão pela qual a reunião extraordinária buscará integrar todo o percurso — do conhecimento inicial à situação atual —, evidenciando um processo construtivo e participativo. Destacou que o objetivo é aprimorar o texto legislativo para refletir adequadamente as demandas da pesca e da aquicultura, e que ampliar o debate — inclusive com audiências públicas e participação de múltiplos atores — é essencial para uma norma sólida e representativa. Comprometeu-se a convocar a reunião extraordinária com a maior brevidade, dada a relevância do tema.

13.5 Com a palavra, **Carlos Eduardo (Conepe)** reiterou o pedido de distribuição a todos os conselheiros dos posicionamentos e documentos já discutidos.

13.6 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**: concordou e lembrou que, em reunião anterior, Adriana Papaleo (ASPAR) apresentou detalhamento dos PLs em tramitação, reafirmando inexistir qualquer impedimento ao compartilhamento dos materiais. Por fim, Rivetla Édipo encerrou as intervenções e deu continuidade ao próximo item da programação, concedendo a palavra a Agnaldo dos Santos (Pesca BR Associação Brasileira da Piscicultura) para apresentação das ações do Comitê de Conformidade do Pescado Nacional.

14. APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES DO COMITÊ DE CONFORMIDADE DO PESCADO NACIONAL

14.1 Com a palavra, **Agnaldo dos Santos (Pesca BR)**: relatou que o comitê vem realizando reuniões produtivas e agradeceu o apoio de parceiros, com destaque ao José Luis Ravagnani Vargas (Secretário do CCPN/ MPA) e ao conselheiro Antônio Siqueira (Supervisor do CCPN/MPA), que colaborou mesmo em férias, na última reunião do Comitê da Comunidade do Pescado Nacional. Informou que, na 3ª Reunião Ordinária, houve avaliação positiva dos trabalhos, com foco no PROPESC, considerado fundamental para o avanço do setor. Reforçou que essa avaliação é crucial para mapear a realidade da pesca no país — quantos pescadores e embarcações estão efetivamente em operação —, produzindo diagnóstico atualizado dentro das competências do comitê. Agradeceu ao MPA pela condução de uma agenda complexa em um país de dimensões continentais e contextos que vão da pesca artesanal à industrial. Reportou visitas a cerca de 2.360 embarcações, totalizando 5.964 unidades avaliadas, e observou que, na pesca industrial, as demandas são maiores porque muitas embarcações (como as de camarão) permanecem 40-45 dias em alto-mar, o que dificultou incluí-las nas vistorias; com defeso vigente, mais unidades poderiam ter sido alcançadas. Enfatizou que as vistorias alimentam o censo do setor, aferindo o status das frotas e operações, mas reconheceu entraves logísticos e operacionais que pressionam prazos. Propôs registrar formalmente, nos encaminhamentos da 3ª Reunião, as parcerias público-privadas nas vistorias (ex.: Itajaí com apoio de equipes de Florianópolis e Brasília) e apontou dificuldades com despachantes regionais na convocação e execução. Defendeu criar um Grupo Temático para propor soluções de manejo e conservação de espécies ameaçadas, com diálogo técnico mais direto entre os atores, dada a complexidade operacional. Agnaldo dos Santos (Pesca BR) destacou a importância de maior articulação entre o MPA e o MMA para soluções conjuntas e alinhamento das práticas brasileiras a modelos regionais, como o peruano. Criticou a defasagem nas reavaliações técnicas — realizadas a cada 15 ou 20 anos no Brasil, contra dois no exterior — e a ausência, no MMA, de um mecanismo contínuo de credenciamento de avaliadores. Ressaltou que a pesca nacional é sustentável, mas enfrenta entraves administrativos e financeiros, como atrasos nos repasses federais e pendências orçamentárias. Solicitou ao Secretário-Executivo do MPA esclarecimentos sobre o exercício orçamentário vigente e regularização dos pagamentos às embarcações credenciadas. Defendeu a redução de custos e o fortalecimento econômico, com atenção às regiões Norte e Nordeste. Propôs reativar o Comitê de Espécies Ameaçadas ou criar comitê temático e informou o andamento do planejamento nacional de conformidade. Concluiu defendendo maior visibilidade e fortalecimento dos comitês de gestão. Agnaldo dos Santos

(Pesca BR) destacou as assimetrias competitivas da pesca brasileira, observando que importar é simples, enquanto exportar envolve alta burocracia. Defendeu a abertura de novos mercados, reforço da rastreabilidade e certificação, e o uso do CITES como ferramenta estratégica. Agradeceu ao Secretário-Executivo do MPA, Rivetla Édipo, e à Secretária-Executiva do Conape, Adriana Toledo, pelo apoio institucional. Criticou fragilidades na pesca compartilhada e cobrou que o MPA reassuma sua coordenação plena. Relatou lentidão e falta de retorno nos Comitês Permanentes de Gestão, citando o plano da curvina e o CPG de Pelágicos, e ressaltou a desmotivação dos representantes voluntários. Relacionou o debate científico às mudanças climáticas discutidas na COP30, mencionando a migração de espécies como a sardinha-verdadeira. Expressou indignação com a revogação da Portaria nº 30 (tubarão-azul), que desconsiderou pesquisas de mais de 25 cientistas, prejudicando a credibilidade do Brasil no ICCAT. Considerou que a decisão enfraquece o papel técnico do MPA e fere a integração entre ciência, gestão e produção. Informou que o setor prepara nota de repúdio e pediu previsibilidade e segurança regulatória. Concluiu defendendo a recomposição da cooperação interministerial e o fortalecimento científico para garantir sustentabilidade e competitividade internacional.

14.2 Na sequência, o **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**: agradeceu a exposição de Agnaldo dos Santos (Pesca BR) e reconheceu a relevância do Comitê de Conformidade do Pescado Nacional para organizar e regularizar a atividade pesqueira. Reforçou que todos os encaminhamentos deliberados nos comitês devem ser formalmente enviados à Secretaria-Executiva do Conape, garantindo acompanhamento e execução. Sobre o Programa de Regularização da Frota Pesqueira Nacional (PROPESC), reconheceu os desafios e informou que as vistorias públicas em Santa Catarina abrangeram cerca de 2.500 embarcações, de um universo estimado de 5.000 no estado. Lembrou que o PROPESC foi concebido para três anos, prorrogáveis por mais um, com a meta de concluir as vistorias em todo o país e promover a regularização plena da frota. Em seguida, tratou do óleo diesel pesqueiro, ressaltando que os encaminhamentos precisam chegar formalmente ao MPA para discussão com a Secretaria Nacional da Pesca Industrial (SNPI). Explicou que o subsídio é previsto em lei e regulamentado por decreto, combinando apoio financeiro federal e redução de ICMS, e frisou a importância de assegurar que o benefício alcance, com transparência e eficiência, armadores e pescadores que o solicitam anualmente. Informou que a SNPI deverá comparecer ao Conape para detalhar o andamento das análises sobre subsídios e pleitos do setor, lembrando que a secretaria herdou um passivo significativo de processos. As análises de 2023 e 2024 já foram iniciadas e o objetivo é consolidar informações e apresentar um panorama atualizado de ações e resultados. Propôs que, a partir do recebimento da ata do Comitê de Conformidade, sejam construídos novos encaminhamentos e pautas específicas no Conape, estimulando diálogo direto entre o comitê e a SNPI para aprofundar pendências. Por fim, apontou a necessidade de o colegiado enfrentar o tema da captura incidental, definindo diretrizes claras para manejo e devolução ao ambiente, assunto já suscitado na reunião anterior. Na continuidade, abordou a questão relativa à criação do Comitê de Espécies Ameaçadas, esclarecendo que, conforme informado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), o tema não será tratado como um Grupo de Trabalho (GT) independente, mas sim como um Comitê Temático vinculado à Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO), decisão que visa tornar o processo mais ágil e integrado. Informou ainda que os integrantes anteriormente indicados e deliberados no âmbito do CONAPE permanecerão representando o setor na instância temática da CONABIO, garantindo continuidade à participação e ao acompanhamento das pautas relacionadas às espécies ameaçadas. Em seguida, agradeceu Agnaldo dos Santos (Pesca BR) pela apresentação e pelos relatos do Comitê de Conformidade do Pescado Nacional, reconhecendo a importância das ações conduzidas e das discussões apresentadas, especialmente em relação ao tubarão-azul. Encerrando sua fala, informou que Marco Aurélio Bailon (Aoceano) havia solicitado que o tema fosse novamente debatido no âmbito do CONAPE, a fim de que o Conselho possa ouvir todos os posicionamentos e construir um encaminhamento conjunto em relação à Instrução Normativa Interministerial nº 30/2025. Concluiu agradecendo e, em seguida, concedeu a palavra ao conselheiro Gilberto Sales, representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

14.3 Com a palavra, **Gilberto Sales (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)**: iniciou agradecendo ao Secretário-Executivo do MPA, Rivetla Édipo, pela condução dos trabalhos, e esclareceu que não aprofundaria a discussão sobre o tubarão-azul, por tratar-se de tema debatido em fórum específico, onde as manifestações do setor estão sendo analisadas e encaminhadas à direção do MMA. Em sua intervenção, concentrou-se no tema do Plano de Conformidade, destacando a importância

de ampliar o debate sobre o conceito de conformidade ambiental e produtiva na pesca. Recordou que, no inicio do governo, foi proposta a construção de um plano mais abrangente, com participação do MPA, Pesca BR, IBAMA e outros órgãos. Enfatizou a colaboração de Agnaldo dos Santos (Pesca BR) e Carlos nas discussões iniciais e sugeriu que os trabalhos do Comitê de Conformidade do Pescado Nacional fortaleçam o alinhamento entre gestão e fiscalização. Ressaltou que a conformidade deve ser entendida de forma ampla, abrangendo todas as etapas da cadeia produtiva, e alinhada tanto às normas nacionais quanto aos padrões internacionais. Por fim, reafirmou o compromisso do MMA em manter o diálogo e a cooperação com o MPA, o Conape e o setor produtivo. Em seguida, destacou que a ciência, por sua natureza, comporta divergências metodológicas e interpretativas, o que exige equilíbrio e diálogo das instituições públicas na formulação de políticas de manejo. Relembrou discussões anteriores sobre a importância de harmonizar diferentes visões científicas e institucionais para fortalecer a base técnica das decisões e preservar a credibilidade entre governo, pesquisadores e setor produtivo. Mencionou que representantes da aquicultura têm demonstrado preocupação com estudos que não refletem a realidade prática, defendendo pesquisas mais aplicadas, inclusive sobre espécies exóticas invasoras. Ressaltou que as divergências entre cientistas dificultam a elaboração de políticas baseadas em evidências e destacou a necessidade de cooperação interdisciplinar. Elogiou o pesquisador Rodrigo Santana por liderar esforços para integrar diferentes abordagens científicas, afirmando que a divisão acadêmica enfraquece a gestão pública. Acrescentou que o MMA vem promovendo a integração de pesquisadores de distintas linhas teóricas em fóruns amplos, incentivando a construção de consensos técnicos. Agradeceu ao conselheiro Agnaldo dos Santos (Pesca BR) e reconheceu a importância das pautas do Comitê de Conformidade do Pescado Nacional. Em complemento, Gilberto Sales (MMA) informou que o Ministério revisará a Instrução Normativa nº 10, buscando fortalecer a sustentabilidade da pesca e da aquicultura e consolidar uma governança ambiental baseada em evidências científicas e decisões técnicas coerentes.

14.4 Com a palavra, o **Secretário-Executivo do MPA, Rivetla Edipo**: agradeceu a intervenção de Gilberto Sales (MMA) e, antes de abrir a plenária para as manifestações dos conselheiros, agradeceu a presença do ex-ministro da Pesca e Aquicultura, Altamiro Gregolin, que acompanhava a reunião, lembrando que ele já havia presidido diversas reuniões do Conape em gestões anteriores. Em seguida, passou a palavra para Agnaldo dos Santos (Pesca BR).

14.5 Com a palavra, **Agnaldo dos Santos (Pesca BR)**: destacou a presença do ex-Ministro da Pesca e questionou se o cenário atual do setor está melhor ou pior que no passado. Enfatizou que, assim como os cientistas, os armadores e representantes da indústria também são heróis do setor, e que o objetivo é utilizar a ciência como ferramenta de precaução em decisões do MMA ou em processos judiciais. Agradeceu a colaboração de Gilberto Sales e Roberto Gallucci (MMA) e de Antônio Siqueira (MPA), que têm fortalecido o diálogo entre os ministérios — algo antes difícil e agora essencial para o avanço da pesca. Ressaltou a importância de garantir eficiência nas ações e evitar entraves burocráticos. Mencionou reuniões e tratativas no MMA e no DDF, que desenvolve um diagnóstico relevante para o setor, mas observou falta de clareza e transparência nos processos de avaliação. Defendeu que o setor precisa compreender os critérios das análises, seja na Conabio ou em outras instâncias, para evitar surpresas em decisões que impactam diretamente as atividades pesqueiras. Por fim, lamentou a demora na publicação do plano de gestão da corvina e cobrou medidas efetivas para espécies como o cação-anjo e o peixe-viola, cujas situações aguardam definições há mais de 15 anos. O conselheiro Agnaldo dos Santos (Pesca BR) comparou o cenário brasileiro com o de outros países, citando o Peru como exemplo de eficiência na atualização de dados técnicos e científicos, com participação articulada entre governo e setor produtivo. Ressaltou que, no Brasil, ainda há grandes atrasos e que muitos estudos oficiais são antigos, o que prejudica o avanço das políticas públicas e o fortalecimento da pesca. Defendeu maior integração entre ciência, gestão e produção, especialmente diante das transformações digitais, para garantir atualização contínua e decisões baseadas em evidências. Destacou o papel de ex-Ministro da Pesca e Aquicultura, Altamir Gregolin, em promover fóruns de diálogo e afirmou que o governo precisa ser mais participativo, pois o setor busca compreender melhor as ações em curso. Informou a realização, na semana seguinte, de reunião da CPG de Recursos Demersais, que tratará de temas como a pesca da corvina e o arrasto do camarão. Manifestou expectativa de que as demandas debatidas em Porto Alegre sejam encaminhadas e solucionadas para fortalecer o setor. Em resposta, o Secretário-Executivo do MPA agradeceu as contribuições e orientou que as reuniões dos comitês priorizem relatórios e encaminhamentos objetivos, reservando discussões detalhadas para os próprios grupos.

14.6 Com a palavra, o **Secretário-Executivo do MPA, Rivetla Edipo**: agradeceu a Agnaldo dos Santos (Pesca BR), encerrou as intervenções e deu continuidade ao próximo item da programação, concedendo

a palavra a Itamar Rocha (ABCC) para apresentar os trabalhos do Comitê de Competitividade da Carcinicultura.

15. APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES DO COMITÊ DE COMPETIVIDADE DA CARCINICULTURA

15.1 Com a palavra, o conselheiro **Itamar Rocha (ABCC)** agradeceu ao Comitê e destacou temas prioritários como a MP da Energia, o acesso a financiamentos e o licenciamento ambiental, especialmente em águas salgadas, salobras e salitradas, onde a regularização é mais complexa. Observou que 60% a 70% da produção nacional de camarão ocorre em águas interiores e que, em 2024, o Brasil produziu 210 mil toneladas, todas destinadas ao mercado interno, contrastando com 2003, quando exportava 70% das 90 mil toneladas produzidas. Defendeu a reabertura de mercados externos, lembrando o protagonismo brasileiro nas exportações para EUA e Europa. Criticou a perda de competitividade e a decisão de liberar exportações de camarão do mar à China sem consulta ao setor. Relatou entraves estruturais e regulatórios que impedem competir com China e Vietnã e denunciou importações recentes sem análise de risco sanitário, contrariando a IN nº 02/2018. Mencionou dificuldades de licenciamento no Ceará, onde 85% dos produtores estão sem licença devido ao alto custo. Argumentou que as águas usadas na carcinicultura não são destinadas ao consumo humano e que as exigências são desproporcionais. Por fim, comparou a estagnação brasileira ao avanço do Vietnã, destacando que a sanidade aquícola é competência do MPA. O conselheiro criticou a limitação das coletas voltadas apenas a camarões adultos, sem análise de larvas e pós-larvas, e alertou para a entrada de larvas por água de lastro sem controle. Defendeu maior coerência nas políticas públicas e apoio efetivo ao setor, denunciando que apenas 1,87% dos 2.500 produtores cearenses acessam crédito do Banco do Nordeste, que não aceita o camarão como garantia. Relatou interesse da China pelo camarão brasileiro tipo “51/60”, hoje importado da Índia, mas apontou que a falta de autorização sanitária impede as exportações. Criticou o “ciclo impossível” de licenciamento, que exclui 90% dos produtores, e comparou o declínio da produção nacional (210 mil t) frente ao crescimento do Equador (1,5 milhão t). Defendeu destravar entraves e tratou a carcinicultura como atividade de alto retorno social. Alertou sobre a importação de camarões sem análise de risco, que pode introduzir o vírus da Mancha Branca (WSSV), já responsável pela devolução de 800 contêineres pela China. Destacou diferenças genéticas entre cepas do WSSV e lembrou decisão do STF que prioriza segurança sanitária sobre questões econômicas. Concluiu pedindo vigilância rigorosa e maior representatividade da carcinicultura em fóruns decisórios.

15.2 Com palavra, **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**,: agradeceu ao Conselheiro Itamar Franco (ABCC) pelos esclarecimentos prestados e pelo relato dos anseios do setor da carcinicultura, destacando que o segmento foi muito bem representado durante a reunião, com o apoio técnico da equipe do MPA, em especial da servidora **Luciene Mignane (Diretora da Secretaria Nacional de Aquicultura)** e **Alberto Furtado Martins Junior (Coordenador de Sustentabilidade na Aquicultura do MPA)**, que vêm acompanhando de perto os trabalhos do Comitê. Em seguida, o Secretário-Executivo do MPA solicitou que as atas das reuniões sejam encaminhadas com os encaminhamentos devidamente registrados e claros, de forma a permitir o prosseguimento das ações e deliberações. Por fim, o Secretário-Executivo do MPA encerrou as intervenções, e concedeu a palavra a **Lariessa Soares (SNPI MPA)** para apresentar os trabalhos do Comitê de Pesca Amadora e Esportiva.

16 APRESENTAÇÃO DO COMITÊ DE PESCA AMADORA E ESPORTIVA

16.1 Com a palavra, **Lariessa Soares (SNPI/MPA)**: iniciou sua fala cumprimentando os presentes e expressando satisfação em integrar o Comitê da Pesca Amadora e Esportiva, agradecendo ao secretário Expedito, à secretária Adriana e à diretora Sandra pela indicação. Explicou que o Comitê, vinculado ao Conape, constitui um marco histórico por representar o primeiro espaço institucional dedicado à pesca amadora e esportiva no âmbito da pesca e aquicultura. Sua criação resulta de um processo contínuo iniciado em gestões anteriores e hoje consolida maior representatividade no Conselho. Em seguida, detalhou as atribuições do Comitê: assessorar o Conape, propor diretrizes, articular governo e sociedade civil, acompanhar políticas e pesquisas, promover inclusão social e manter o Conselho informado sobre suas ações. A estrutura prevê até dez representantes da sociedade civil (com direito a voto) e até dez do governo federal (sem voto), com reuniões ordinárias três vezes ao ano, mandato de dois anos e funcionamento híbrido. Informou que o processo de designação foi concluído após prorrogação, podendo ser revisado e republicado, e anunciou que Regis Portari (CBPE), eleito em 14 de junho e formalizado pela Portaria nº 352/2025, realizará em breve a primeira reunião oficial em Brasília. Destacou avanços recentes, como o acompanhamento do Plano Nacional da Pesca Amadora e Esportiva (PNPA) 2024–2034, cujas ações de curto prazo já estão 85% concluídas ou em andamento, demonstrando o empenho da

SNPI. Concluiu reafirmando o compromisso com a secretaria executiva do Comitê e elogiando o perfil técnico e comprometido de Regis Portari, ressaltando que sua atuação contribui para uma gestão eficiente e resultados concretos para o setor.

16.2 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**: parabenizou Lariessa Soares (SNPI/MPA) pela apresentação, destacando a importância da instituição formal do Comitê de Pesca Amadora e Esportiva e do seu papel de acompanhamento do Plano Nacional da Pesca Amadora e Esportiva, reforçando que o grupo deve manter vigilância constante sobre as metas e ações que precisam ser cumpridas. Em seguida, passou a palavra para Régis Portari (CBPE).

16.3 Com a palavra, **Régis Portari (CBPE)**: iniciou sua fala agradecendo à Secretaria-Executiva do Conape, Adriana Toledo, e ao Secretário-Executivo do MPA, Rivetla Édipo, pelo apoio institucional e pela dedicação das equipes técnicas que tornaram possível a criação e instalação do Comitê da Pesca Amadora e Esportiva. Estendeu seus agradecimentos a todas as servidoras e servidores envolvidos no processo, bem como aos membros que aceitaram o convite para compor o colegiado, reconhecendo o esforço coletivo que viabilizou essa conquista para o setor. Ressaltou que não serão medidos esforços para fortalecer o diálogo e a integração entre os diferentes segmentos da pesca, com destaque especial à pesca artesanal, enfatizando a importância de unir as diversas modalidades para estabelecer parâmetros técnicos e formular políticas públicas modernas e efetivas, capazes de orientar o desenvolvimento sustentável da pesca amadora e esportiva no país. Adiante, manifestou agradecimento especial à coordenadora Lariessa Soares (SNPI/MPA), por ter assumido a função de secretária do Comitê, reconhecendo sua competência técnica e disposição em abrir caminhos e ampliar a representatividade do setor dentro do MPA e do Conape. Por fim, o representante da CBPE pediu o apoio e a colaboração dos demais membros do Comitê, reafirmando seu compromisso pessoal em atuar de forma proativa e comprometida, buscando avanços concretos para a pesca esportiva, especialmente no aprimoramento da legislação e da gestão do setor.

16. Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**: agradeceu as falas do Presidente do Comitê, Régis Portari (CBPE), e de Lariessa Soares (SNPI/MPA), parabenizando ambos pelo trabalho desenvolvido e pelo fortalecimento das ações do Comitê de Pesca Amadora e Esportiva. Por fim, encerrou as inscrições e deu prosseguimento à próxima pauta da agenda, encerrando as intervenções e dando continuidade ao próximo item da programação. Em seguida, concedeu a palavra a Dárlio Inácio (UFRN/SBFic) para apresentar os trabalhos do GT responsável pela elaboração da proposta de realização da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca.

17. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DAS AÇÕES DO GT PARA REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA

17.1 Com a palavra, **Dárlio Inácio (UFRN/SBFic)**: apresentou o relatório do Grupo de Trabalho responsável pela proposta da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca. Informou que coordenou o GT, com Ajax Tavares (Confapesca) como vice e Marco Aurélio Bailon (Aoceano) como secretário, e agradeceu às entidades participantes (SBFic, ABLA, Aoceano, CNPA, ABA, Abipesca, Abrapoa, Peixe BR, Confapesca, Oceana, CBPE, MPA e MMA). O GT realizou um resgate histórico das três conferências anteriores, consolidado em planilha, cruzando conclusões passadas com demandas atuais do MPA em todas as áreas finalísticas. Em seguida, recomendou ao Conape, com base no relatório do grupo de trabalho, a realização da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca em 2026, em formato híbrido. O relatório apresenta uma pré-proposta com resumo, justificativa, objetivos, eixos temáticos, etapas preparatórias, metodologia de participação, cronograma, estrutura organizacional, proposta orçamentária e resultados esperados. O grupo realizou mais de dez reuniões, priorizando ações concretas e tecnicamente embasadas, evitando recomendações genéricas e orientando decisões práticas para o setor. Dárlio defendeu uma conferência menos generalista e mais focada em temas prioritários, com segurança jurídica e alinhamento à Política Nacional de Aquicultura e Pesca, consolidando o MPA como política de Estado. Destacou que o formato proposto é enxuto, realista e baseado em dados, com o objetivo de promover um espaço participativo para fortalecer a pesca e a aquicultura. Foram definidos seis eixos principais: gestão e ordenamento; valorização da pesca artesanal e povos tradicionais; desenvolvimento sustentável da aquicultura; infraestrutura e agregação de valor; pesquisa, inovação e informação; e conflitos no uso do espaço aquático. O GT também propôs etapas preparatórias, conferências setoriais livres e uma etapa nacional com metodologia participativa e acessibilidade.

presencial e online. O coordenador do GT da Conferência, propôs a criação imediata de uma comissão organizadora para a 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, com representantes do Conape, MPA e da Assessoria de Participação Social da Presidência, responsável por coordenar todo o processo. O cronograma inclui: regimento interno até dezembro de 2025, etapas preparatórias até maio de 2026, sistematização das propostas até junho, etapa nacional em junho/julho e relatório final em setembro de 2026. Destacou a importância de especialistas em tecnologia da informação e o uso de plataformas públicas para registrar e acompanhar propostas. Mencionou que a Secretaria-Geral da Presidência costuma apoiar financeiramente conferências e que será necessária minuta de decreto conduzida pelo MPA e Conape. Entre os resultados esperados, citou diretrizes para políticas públicas, integração entre governo e sociedade civil, valorização do conhecimento tradicional e científico e foco em inclusão e sustentabilidade.

17.2 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivétla Édipo**: agradeceu a apresentação de Dárlio Inácio (SBFic), elogiou a qualidade do trabalho do grupo técnico e reforçou que o relatório apresentado embasa a proposta da 4ª Conferência já aprovada na 44ª Reunião do Conape, com estrutura, organização e eixos temáticos definidos. Informou que, após as complementações, o plenário seria aberto a manifestações.

17.3 Com a palavra, **Marco Aurélio Bailon (Aoceano)**: ratificou a relevância da conferência e explicou que, a partir das escutas com as secretarias do MPA, constatou-se a existência de planejamentos e iniciativas em curso — miniconferências e fóruns temáticos, especialmente o robusto processo de escuta da Secretaria de Pesca Artesanal. Defendeu reformular o conceito tradicional de conferência para um formato menos generalista e mais ancorado nos produtos e planos já consolidados (como o Plano de Pesca Amadora e o Plano de Desenvolvimento da Aquicultura), com foco em validar e consolidar resultados, fortalecer institucionalmente o MPA e garantir continuidade de políticas, sem perder o caráter participativo. Concluiu que o novo grupo de trabalho poderá aprofundar metodologia e formato. Em seguida, Ajax Tavares (Confapesca) alinhou-se a Bailon, destacando que as alternativas foram debatidas com profundidade e citando a experiência do Plano Nacional da Pesca Artesanal como referência prática para o desenho da conferência.

17.4 Com a palavra, **Ajax Tavares (Confapesca)**: ressaltou que o objetivo central da conferência é fortalecer a participação dos pescadores e trabalhadores da pesca, garantindo que suas contribuições sejam incorporadas de forma estruturada. Destacou que o Plano Nacional da Pesca Artesanal contemplou todas as regiões do país, o que reforça a importância de manter essa representatividade na conferência. Enfatizou que, além da presença regional, é essencial incluir propostas qualificadas dos diversos segmentos da pesca e aquicultura, valorizando o diálogo e a construção coletiva de políticas públicas condizentes com as demandas reais da categoria. Salientou a importância de ouvir os profissionais que atuam na produção e no cotidiano da atividade, pois possuem o conhecimento técnico e prático necessário para propor soluções viáveis. Pontuou ainda que o grupo técnico tem como uma de suas principais preocupações o fortalecimento institucional, político e econômico do Ministério da Pesca e Aquicultura, consolidando-o como política de Estado, com estrutura e recursos que garantam sua continuidade. Afirmou que o grupo cumpriu sua missão e está aberto ao diálogo e ao aprimoramento das propostas, convidando os conselheiros a contribuírem de forma colaborativa. Por fim, expressou a expectativa de que o trabalho seja efetivamente implementado e propôs a criação de uma comissão para acompanhar as deliberações da conferência.

17.5 Com a palavra, **Dalmo Múcio (Associação Brasileira de Aquaponia – Aba)**: iniciou sua fala cumprimentando a todos e apresentando-se como representante da Associação Brasileira de Aquaponia – Aba, bem como membro do comitê responsável pela discussão sobre a Conferência Nacional. Em sua manifestação, destacou que seu objetivo era retificar e reforçar a importância da realização da conferência, considerando o contexto atual e as informações e notícias recentes que têm sido compartilhadas, mencionando as contribuições de Juliana e Francisco nas discussões anteriores. Na sequência, ressaltou que, conforme mencionado também por Itamar Rocha (ABCC), este é um momento em que se faz necessário colocar em prática todas as ações e diretrizes apresentadas por Dárlio Inácio (SBFic), Marco Aurélio (Aoceano) e Ajax Tavares (Confapesca), especialmente no que diz respeito ao fortalecimento institucional do Ministério da Pesca e Aquicultura. Ademais, enfatizou a importância de fortalecer a aquicultura de forma ampla, de modo a superar os entraves e desafios enfrentados pelo setor, concluindo com agradecimentos e reiterando seu apoio às iniciativas em discussão.

17.6 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivéltia Édipo**: agradeceu a fala de Dalmo Múcio Silva dos Santos (Associação Brasileira de Aquaponia – Abla) e informou que passaria a palavra a Dárlío Inácio Alves Teixeira (SBFic), mencionando ainda que havia mais dois inscritos para as próximas intervenções — Kauara Brito Campos (Ministério da Saúde) e Felipe Weber (Abla) — e que o momento de falas seria encerrado com a participação de Roberta Roxilene (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS).

17.7 Com a palavra, **Dárlío Inácio (SBFic)**: expressou satisfação em ter trabalhado com o grupo técnico e destacando o comprometimento e a dedicação de todos os integrantes, especialmente diante das preocupações levantadas pelas diversas entidades que participaram das primeiras reuniões do Conape. Falando em nome da Sociedade Brasileira de Ficologia (SBFic), ressaltou a importância de o processo conferencial ser construído também a partir da sociedade civil, reafirmando a disposição da entidade em participar da continuidade dos trabalhos junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura, com o intuito de efetivar a realização da conferência antes do período eleitoral do próximo ano. Concluindo, Dárlío Inácio (SBFic) agradeceu a todos, em especial ao Secretário-Executivo do MPA, Rivetla Édipo, e aos demais conselheiros, pela atenção e colaboração ao longo do processo.

17.8 Com a palavra, o **Secretário-Executivo do MPA, Rivetla Édipo**: agradeceu a intervenção de Dárlío Inácio (SBFic) e convidou Kauara Brito (Ministério da Saúde) para dar continuidade às manifestações do plenário.

17.9 Com a palavra, **Kauara Brito (Ministério da Saúde)**: destacou a relevância das conferências — nacionais, estaduais e locais — para a consolidação do SUS, ressaltando que sua universalização só foi possível graças ao processo conferencial. Recordou a 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), que antecedeu a criação formal do SUS e estabeleceu princípios e diretrizes fundamentais para seu formato atual. Enfatizou que as conferências garantem o financiamento contínuo e a destinação adequada de recursos conforme as prioridades da população, fortalecendo o papel institucional do Ministério da Saúde. Apesar de não atuar diretamente com o setor pesqueiro, observou semelhanças com o Conape, destacando que as recomendações originadas de conferências conferem legitimidade às pautas interministeriais e às disputas políticas. Citou o exemplo dos agentes comunitários de saúde, cuja mobilização assegurou direitos constitucionais sobre remuneração, insalubridade e aposentadoria — sendo a única categoria expressamente citada na Constituição. Essa conquista, segundo ela, resultou da atuação constante em fóruns e da proximidade com as comunidades. Por fim, afirmou que os pescadores podem exercer papel semelhante, fortalecendo a representação social e a continuidade de políticas públicas, e colocou-se à disposição para compartilhar a experiência dos conselhos de saúde e apoiar tecnicamente o processo conferencial.

17.10 Com a palavra, **Felipe Weber (Abla)**: cumprimentou a todos, parabenizou a apresentação do professor Dárlío Inácio Alves Teixeira e registrou a satisfação em integrar o grupo de trabalho com os demais colegas. Em seguida, destacou que, nas discussões e nas apresentações de conferências já realizadas, ficou evidente a importância de promover a conferência neste momento, após longo intervalo, para revisitar as demandas e definir o direcionamento do setor pesqueiro e aquícola no curto, médio e longo prazos. Por fim, reforçou seu apoio à realização célere da conferência, a fim de assegurar uma ampla escuta da sociedade civil organizada, e agradeceu.

17.11 Com a palavra, **Roberta Roxilene (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS)**: cumprimentou os presentes e parabenizou as entidades e seus representantes pela construção da proposta do GT da conferência. Em seguida, afirmou que o IABS é entusiasta da participação social e destacou a importância de espaços de escuta ativa e construção democrática para assegurar a legitimidade, representatividade e eficácia das políticas públicas. Por fim, manifestou apoio integral à proposta apresentada e colocou-se à disposição para contribuir no que for necessário.

17.12 Com a palavra, **Paulo Sergio (MDS)**: cumprimentou os presentes e, de forma breve, corroborou a importância das conferências no âmbito do conselho. Em seguida, relatou a experiência acumulada na assistência do MDS e na área de segurança alimentar internacional, ressaltando a relevância de realizar escutas nos territórios, dada a diversidade de cenários locais quanto à produção e comercialização. Por fim, destacou que a conferência é oportuna no contexto atual, tanto no plano prático quanto político, por contribuir para a identificação do público envolvido nas cadeias da pesca e da aquicultura, e agradeceu.

17.13 Com a palavra, **André Luiz do Espírito Santo (Confapesca)**: cumprimentou os presentes e informou que seria breve, relatando que uma data específica causou apreensão na Confederação. Em seguida, recordou a participação ativa, junto com Ajax Tavares (Confapesca) e outros companheiros, nas conferências municipais, estaduais e na 3ª conferência, destacando a frustração por, no governo anterior, não haver continuidade nem preservação adequada dos documentos produzidos. Nesse contexto, explicou que parte dos registros se perdeu com o falecimento de Roberto Ferraz, que mantinha materiais em seu computador pessoal, enquanto outra parte permaneceu apenas na administração da confederação. Ademais, lamentou declaração de um agente público à época — então secretário — que teria desmerecido o trabalho realizado. Por fim, enfatizou que esta é uma nova conferência, “completamente diferente”, e manifestou a expectativa de que o grupo permaneça ainda mais atento para evitar repetição de situações pretéritas, agradecendo a todos.

17.14 Com a palavra, a **Secretária-Executiva do Conape, Adriana Toledo**: iniciou sua fala solicitando espaço para parabenizar o professor Dárlio Inácio (SBFic) e todos os integrantes do Grupo de Trabalho da Conferência, destacando o esforço e a dedicação empenhados na condução das atividades. Ressaltou que o grupo se reuniu semanalmente e que teve a oportunidade de acompanhar algumas dessas reuniões, reconhecendo o trabalho árduo e o comprometimento dos participantes. Em seguida, parabenizou o resultado do relatório apresentado, afirmando tê-lo lido com atenção e destacando a qualidade das propostas, dos objetivos e dos eixos temáticos construídos de forma coletiva. Enfatizou que o trabalho do GT foi exitoso e afirmou que a realização da conferência nacional representará a coroação do processo de retomada do Conape, reforçando que não faria sentido restabelecer o conselho sem cumprir a obrigação de realizar a conferência dentro do ciclo de quatro anos. A secretária-executiva expressou satisfação com o encaminhamento alcançado e com os objetivos propostos para a conferência, que visam fortalecer as políticas públicas voltadas à pesca e à aquicultura, bem como consolidar a estrutura institucional da gestão pública do setor. Destacou que os temas escolhidos pelos conselheiros foram pertinentes e demonstram sensibilidade quanto às necessidades atuais do segmento. Na sequência, parabenizou o ex-Ministro da Pesca e Aquicultura, Altemir Gregolin: recordando que o primeiro trabalho do GT foi justamente revisitar as três conferências anteriores e reconhecer o esmero com que a terceira foi realizada, destacando o vasto material de referência disponível. Por fim, registrou concordância com a fala de André Luiz (Confapesca), lamentando que deliberações importantes de conferências passadas tenham sido desconsideradas pelo governo anterior, o que gerou entre os conselheiros o sentimento de frustração quanto à efetividade das decisões. Concluiu destacando que, como apontaram também representantes de outros ministérios, a conferência é o norte que fortalece as políticas públicas, permitindo construir diretrizes com base na força da sociedade civil e do setor produtivo, desejando sucesso na realização da próxima conferência.

17.15 Com a palavra, o **Secretário-Executivo do MPA, Rivetla Édipo**: passou a palavra ao ex-Ministro da Pesca e Aquicultura, Altemir Gregolin.

17.16 Com a palavra, o **ex-Ministro da Pesca e Aquicultura, Altemir Gregolin**: iniciou sua fala cumprimentando a todos, agradecendo ao Secretário-Executivo do MPA, Rivetla Édipo, e à Secretária-Executiva do Conape, Adriana Toledo, e afirmou buscar objetividade em suas intervenções e rememorou sua trajetória nas edições anteriores: participou da primeira quando chegava à Secretaria Nacional de Pesca, presidiu a segunda em 2006, como secretário-executivo, e foi ministro durante a terceira, que reuniu mais de dois mil delegados e foi, segundo ele, extraordinária. Declarou ser defensor convicto das conferências por quatro razões: promovem mobilização e visibilidade do setor; fortalecem o sentimento de pertencimento; conferem legitimidade às decisões; e robustecem as entidades e o ministério, formando novas lideranças. Assinalou que permitem elaborar uma “radiografia do setor” e definir prioridades e ações estratégicas de médio e longo prazos. Observou que, embora gerem muitas demandas, o modelo organizacional e os critérios devem conduzir a decisões centrais; citou edição com mais de 600 propostas, mas com prioridades bem definidas. Exemplificou conquistas derivadas do processo: deliberação pela criação do Ministério da Pesca na primeira conferência; impulso decisivo à nova Lei da Pesca na segunda; a Resolução CONAMA nº 413, diante da lacuna regulatória da carcinicultura; e a criação da Embrapa Pesca e Aquicultura, que fortaleceu P&D. Refletiu sobre o modelo de representação, ressaltando a necessidade de garantir equilíbrio entre segmentos, já que a eleição de delegados nas etapas estaduais e regionais pode favorecer setores mais organizados. Sugeriu conferências setoriais preparatórias para qualificar e equilibrar propostas. Concluiu apontando esse aprimoramento como desafio central e agradeceu a atenção.

17.17 Com a palavra, **Dárlio Inácio (SBFic)**: cumprimentou o ex-Ministro da Pesca e Aquicultura, Altemir Gregolin, e observou que, na proposta apresentada, já havia sido considerada a possibilidade mencionada pelo ex-ministro quanto ao modelo de conferências setoriais. Explicou que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) utiliza um formato semelhante, denominado “conferências livres”, no qual qualquer setor pode organizar uma conferência temática antes da etapa nacional. Citou como exemplo que a ABCC poderia realizar uma conferência livre ou setorial, reforçando que esse modelo é pertinente e poderia ser bem aplicado à pesca e à aquicultura. Prosseguindo, acrescentou que esse formato permitiria maior representatividade de segmentos específicos, mencionando o caso da fisiologia, área voltada ao estudo das algas, que normalmente tem um espaço reduzido nas discussões gerais do setor. Destacou que seria viável, por exemplo, a realização de uma conferência temática nacional sobre algas antes da conferência geral, garantindo que temas mais especializados também contribuam para o debate nacional. Em seguida, informou que gostaria de propor encaminhamentos práticos relacionados à criação da nova comissão organizadora da conferência, ressaltando a importância de sua rápida constituição para que o cronograma proposto seja cumprido dentro do prazo previsto. Sugeriu, ainda, que fosse possível definir tais encaminhamentos até a próxima reunião do Conselho, marcada para aproximadamente três meses, de modo a permitir o avanço efetivo dos trabalhos.

17.18 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**: aprovou a proposta apresentada, parabenizando o grupo pelo relatório conduzido pelo GT da Conferência. Informou que o documento foi aprovado sem objeções e que o próximo passo será o envio de ofício às entidades e representações interessadas em compor a comissão organizadora, reforçando a necessidade de atenção ao cronograma estabelecido. Por fim, encerrou as inscrições e anunciou a continuidade da reunião, concedendo a palavra a Ajax Tavares (Confapesca) para tratar da participação dos representantes no Fórum Interconselhos.

18. APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES DO CONAPE NO FORUM INTERCONSELHOS

18.1 Com a palavra, **Ajax Tavares (Confapesca)**: iniciou sua fala cumprimentando a todos e justificando a ausência de algumas conselheiras que compõem a representação do Conape no Fórum Interconselhos. O conselheiro explicou que Maria José (CNPA) não pôde comparecer por estar em eleição de federação em Minas Gerais e Josana Costa (MPP) por motivos de saúde, mas destacou a presença dele e de Elizeu Augusto (Faep BR), que representaram o Conape no Fórum Interconselhos. Relatou que a participação foi positiva, sobretudo pelo foco na participação social, eixo central das discussões. Mesmo sem pautas específicas sobre pesca, a delegação inseriu o tema nos debates, defendendo a transição energética justa, a visibilidade da pesca e aquicultura como setores produtivos e sustentáveis, e a conservação dos recursos hídricos. Propôs incluir o fortalecimento da extensão pesqueira entre as diretrizes da participação social, valorizando o conhecimento tradicional e os mestres da pesca como patrimônio técnico e cultural. Informou que, junto a Elizeu e Josana, representou o Conape em dois grupos de trabalho sobre articulação entre conselhos nacionais, legislação específica e sustentabilidade produtiva. Defendeu ainda a valorização da carpintaria naval tradicional, ressaltando que a construção artesanal de embarcações pode ser sustentável mediante manejo adequado das espécies arbóreas utilizadas. Argumentou que a substituição da madeira por materiais sintéticos, como a fibra de vidro, embora traga modernização, também gera resíduos e contaminação ambiental, o que reforça a importância de preservar técnicas tradicionais com manejo sustentável. Continuando, afirmou que a experiência no Fórum Interconselhos foi didática e produtiva, ainda que o Conape não tenha recebido pautas prévias sobre o setor pesqueiro. Reconheceu que seria proveitoso contar com sugestões técnicas do corpo do MPA para futuras participações e destacou a relevância das falas apresentadas, como a do conselheiro Eduardo Sfoglia (Chefe da Assessoria Internacional do MPA), mencionada como referência para futuras contribuições. Por fim, convidou Eliseu Brito (Faep BR) a complementar o relato com suas observações e impressões sobre o evento.

18.2 Com a palavra, **Elizeu Brito (Faep-BR)**: destacou que as ações e propostas apresentadas pelo Conape no Fórum Interconselhos seguiram diretrizes já consolidadas em defesa da cadeia produtiva da pesca e da aquicultura, com foco na pesca internacional. Relatou que, com recursos próprios, participou de reuniões no Rio de Janeiro e no G20, conseguindo aprovar moção sobre a transição energética justa na pesca artesanal. Explicou que a proposta visa não apenas reduzir impactos ambientais, mas também promover o empoderamento feminino, especialmente em embarcações artesanais que ainda apresentam condições precárias de conforto e segurança. Defendeu modernizar a frota com infraestrutura adequada e tecnologias sustentáveis, propondo que novas embarcações, com AB entre 19 e 20, sejam classificadas como de “grande porte artesanal”. Ressaltou que, apesar da limitação de tempo e da grande quantidade

de participantes no evento, a participação foi produtiva. Enfatizou a importância de ampliar o protagonismo da pesca artesanal e integrar a pesca industrial e a aquicultura nas discussões interministeriais, que antes não contemplavam adequadamente o setor. Informou que haverá nova reunião no próximo mês para consolidar um documento a ser apresentado na COP30, destacando o papel estratégico da pesca e da aquicultura na geração de emprego, renda e desenvolvimento, sobretudo na Região Norte, e reafirmou o compromisso da FAEP-BR em contribuir tecnicamente com o MPA e o Conape.

18.3 Com a palavra, a **Secretária-Executiva do Conape, Adriana Toledo**: apresentou orientações sobre a participação do Conselho no Fórum Interconselhos, com foco nas ações ligadas à COP30. Informou que o encontro presencial ocorrerá em Brasília, nos dias 13 e 14 de outubro, e destacou que o Conape conta com seis representações titulares (MPA, CNPA, Confapesca, Peixe BR, FAEP e CBPE) para construir e defender as propostas do setor. Os conselheiros têm até 26 de setembro para enviar contribuições à Secretaria-Executiva, que fará a consolidação e o envio à Secretaria-Geral da Presidência, garantindo a presença da pesca e da aquicultura no documento final do evento. Explicou que as propostas podem basear-se em políticas já implementadas e reconhecidas como boas práticas, em novas ideias formuladas pelo próprio Conape ou em sugestões de aprimoramento dos eixos da Agenda de Ação da COP30. Indicou que pesca e aquicultura se inserem prioritariamente no Eixo 3 (Transformação da Agricultura e dos Sistemas Alimentares), sem prejuízo de contribuições no Eixo 2 (Oceanos, Florestas e Biodiversidade), e defendeu uma participação ampla e estratégica que reflita as prioridades produtivas, sociais e ambientais do setor. Reforçou a necessidade de construir as propostas dentro do prazo, sob pena de o tema ficar ausente no Fórum, e destacou que todas as Secretarias Nacionais do MPA apoiarão a formulação e consolidação das contribuições para garantir a presença efetiva do Conape na COP30.

18.4 Com a palavra, **Ajax Tavares (Confapesca)**: pediu a Adriana Toledo verificasse a disponibilidade da apresentação feita ontem por Eduardo Sfoglia (Chefe da Assessoria Internacional do MPA), ressaltando que, por se tratar de trabalho técnico do Ministério, reúne propostas muito bem elaboradas e que seria importante torná-la acessível. Acrescentou que, a partir das propostas apresentadas por Eduardo Sfoglia, o grupo precisa elaborar complementações ou até adotá-las e defendê-las como proposições do Conselho, destacando que, pelo que viu, são muito bem construídas e bastante interessantes.

18.5 Com a palavra, o **Secretário-Executivo do MPA, Rivetla Édipo**: informou que, ao final da reunião, serão compartilhadas com todos os membros as apresentações. Agradeceu a Ajax Tavares (Confapesca) e, em seguida, anunciou que o colegiado avançaria para o próximo item da agenda, antes de entrar nos encaminhamentos em informes gerais. Informou que a pauta citada pela Aoceano seria tratada em sequência e orientou que toda a discussão referente à Instrução Normativa nº 30 fosse conduzida em, no máximo, dez minutos, considerando tanto a fala principal quanto as intervenções dos demais membros. Em seguida, concedeu a palavra a Marco Aurélio Bailon (Aoceano).

18.6 Com a palavra, **Marco Aurélio Bailon (Aoceano)**: agradeceu ao Secretário-Executivo do MPA, Rivetla Édipo, e relatou ter sido procurado por pesquisadores da Rede Brasil, que dão suporte técnico ao MMA e ao MPA na gestão compartilhada. Anunciou a leitura de carta de repúdio à revogação da Portaria Interministerial nº 30/2024 — comunicada na 9ª Reunião Extraordinária do CPG Atuns e Afins —, destacando a forte reação de pesquisadores e entidades. Ressaltou que a norma foi construída democraticamente no CPG, com ampla participação de governo, comunidade científica, sociedade civil e setor produtivo, e que representa avanço ao internalizar a Recomendação 23-11 da ICCAT, que fixa para o Brasil limite de 3.481 t/ano de tubarão-azul (Atlântico Sul). Enfatizou que a definição do estoque envolveu cientistas dos países signatários, cumprindo compromissos internacionais e evidenciando a responsabilidade do Brasil em organização regional de ordenamento pesqueiro. Apontou que a portaria estabelece regras claras, fiscalização e rastreabilidade, garantindo transparência e monitoramento; sua revogação acarretaria perda de controle sobre espécies associadas às pescarias de atuns e espadarte, retrocesso na gestão e incentivo à pesca ilegal, além de enfraquecer a governança das pescarias e desrespeitar o CPG. Manifestou preocupação com a perda de credibilidade internacional e o desalinhamento com a missão do MMA, apontando ausência de base técnica e de consulta aos fóruns competentes. Solicitou a manutenção da Portaria nº 30/2025 e que eventuais mudanças sejam debatidas em instâncias participativas entre MMA e MPA, qualificando a decisão unilateral como ilegítima e regressiva. Registrhou que a nota é assinada por 25 pesquisadores, com apoio de entidades (Abipesca, Sindipi, Pesca BR, Apae-Pesca, Qualipesca), e que a Aoceano manifestou solidariedade aos cientistas. Observou que a Portaria não foi oficialmente revogada, questionou o nível da decisão e criticou uma

postagem da Sea Shepherd Brasil, denunciando desinformação. Por fim, apelou ao ministro para valorizar a equipe técnica e a gestão compartilhada e não assinar a revogação.

18.7 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivétla Édipo**: agradeceu a manifestação do conselheiro Marco Aurélio Bailon (Aoceano) e submeteu aos conselheiros a apreciação da proposta de aprovação da nota de repúdio. Em seguida, registrou que a deliberação abrangeu, concomitantemente, o posicionamento do Conape contrário à revogação da NI nº 30/2025. Posteriormente, abriu a deliberação pela aprovação da nota de repúdio dos pesquisadores e pelo posicionamento do Conape contra a revogação da Portaria/IN nº 30, registrando apoios de entidades e a circulação de ofícios, e informou reunião com o ministro ainda na tarde do mesmo dia. Pediu reforço dos encaminhamentos pela Secretaria-Executiva do Conape e pelo MPA, criticou a decisão unilateral e reafirmou a gestão compartilhada, coordenada pelo MPA, com fiscalização a cargo do IBAMA e ordenamento sob condução do MPA. Observou assimetria entre MMA e MPA e defendeu o fortalecimento do modelo de gestão compartilhada. Registrou, por fim, que o modelo deve assegurar participação governamental e não governamental, com os CPGs subsidiando as deliberações do Conselho.

18.8 Com a palavra, **Elizeu Brito (Faep-BR)**: declarou apoio à posição contrária à revogação, afirmando que a decisão desconsidera o histórico técnico do CPG mais antigo, com estudos e pesquisadores relevantes, cuja coordenação cabe ao MPA. Pediu que o ministro não assine a revogação antes de eventual análise por GT (a qual considera desnecessária, dado o respaldo prévio da norma). Alertou para o mau precedente que pode afetar outros temas e parabenizou a exposição de Bailon, registrando respeito aos pesquisadores.

18.9 Com a palavra, o **Secretário-Executivo do MPA, Rivétla Édipo**: registrou a ausência de oposição à nota de repúdio dos pesquisadores e ao posicionamento do Conape contra a revogação da IN nº 30/2025, encaminhando ambos. Encerrado o tema “tubarão-azul”, abriu informes e encaminhamentos e tratou da Comissão Nacional de Bioeconomia: com a saída do titular, o suplente Dárlio Inácio (SBFic) passa a titular e, sem outras candidaturas, Dalmo Múcio (Aba) foi indicado para a suplência. Em seguida, informou a necessidade de avançar na indicação de representantes do Conape — um titular e respectivos suplentes — para compor o Comitê Executivo de Planejamento Espacial Marítimo, a pedido da SIRME. Esclareceu que o Conselho deve indicar sua representação e, para tanto, solicitou que os membros e entidades manifestem interesse em candidatar-se para representar o Conape, no âmbito dos trabalhos de Planejamento Espacial Marinho. Em seguida, abriu-se a coleta de nomes para indicação.

18.10 Com a palavra, **Silvana Schimanski (MDIC)**: cumprimentou os presentes e manifestou interesse em se candidatar para participar da frente de trabalho indicada; mais adiante confirmou que estava na escuta.

18.11 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivétla Édipo**: esclareceu que as indicações para o Comitê Executivo de Planejamento Espacial Marinho devem recair sobre entidades da sociedade civil, não sendo possível indicar representantes do governo já contemplados na SIRME/PEM. Registrhou as candidaturas apresentadas, consultou o plenário sobre objeções e, não havendo contrários, aprovou Marco Aurélio Bailon (Aoceano) como titular e Elizeu Brito (Faep-BR) como suplente. Em seguida, avançou para os encaminhamentos, solicitando a projeção dos itens e indicando, entre eles, o apoio à nota de repúdio dos pesquisadores (apresentada pela Aoceano), o posicionamento contrário à revogação da IN/Portaria nº 30/2025 e a cobrança de retorno do IBAMA sobre a disponibilização de estudos relativos à espécie de raia.

18.12 Com a palavra, **Felipe Weber (Abla)**: propôs cobrar do IBAMA a disponibilização dos estudos sobre a espécie (o realizado em Belo Monte e o contratado pelo próprio IBAMA) e, com base nesses dados, solicitar ao MMA a inclusão da espécie, como prioritária, nos painéis de revisão da Portaria nº 445. Argumentou que as informações existem e devem ser públicas, defendendo que constem ambos os encaminhamentos.

18.13 Com a palavra, **MDIC Secretário-Executivo do MPA, Rivétla Édipo**: Esclareceu que a inclusão nos painéis de revisão é atribuição do MMA e que o Conape somente poderá formalizar tal solicitação após ter acesso aos estudos. Reforçou que a revisão da lista pressupõe a apresentação de novos dados, condicionando o pedido ao recebimento da documentação técnica pelo IBAMA. Em seguida, afirmou que

o texto deveria indicar a possibilidade de o MMA avaliar eventual revisão, ressaltando que o Ministério sempre recebe os dados para essa análise.

18.14 Com a palavra, **Felipe Weber (Abla)**: indagou se a referência correta seria ao MMA e informou que enviou, via WhatsApp, à Secretaria-Executiva (Adriana) um vídeo feito por pescador profissional, solicitando o compartilhamento no grupo do Conape para que os conselheiros visualizem a espécie mencionada.

18.15 Com a palavra, **Silvana Schimanski (MDIC)**: declarou abstenção no ponto de pauta por se tratar de nota envolvendo agente da administração pública contra outro agente, justificando a posição do MDIC.

18.16 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivétla Édipo**: agradeceu e registrou a abstenção do MDIC, e consultou Felipe sobre a conclusão do item 2.

18.17 Com a palavra, **Marco Aurélio Bailon (Aoceano)**: propôs complementar o item 1 para que o Conape se posicione junto ao ministro contrariamente à revogação da norma (referindo-se à Portaria). reiterou que o posicionamento ao ministro deve ser firme, contrário à revogação.

18.18 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivétla Édipo**: ponderou que o Conape é órgão de assessoramento e questionou se o Conselho pediria formalmente que o ministro se posicione contra a revogação.

18.19 Com a palavra, **Sabrina de Oliveira**: fez correção de redação, esclarecendo que se trata de Portaria, e não de Instrução Normativa.

18.20 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivétla Édipo**: concordou com a correção e registrou tratar-se de Portaria Interministerial.

18.21 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivétla Édipo**: informou que ajustaria a redação para “Portaria MPA/MMA” e encaminhou ao terceiro item: retomar a discussão do Plano de Conformidade da Pesca no âmbito do Comitê de Conformidade da Pesca Nacional.

18.22 Com a palavra, **Winnie Muniz Brum**: registrou abstenção no primeiro item, por entender que o tema não integra as atribuições do MAPA e, portanto, é difícil se manifestar sobre o mérito.

18.23 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivétla Édipo**: deu sequência aos encaminhamentos, registrando: a realização de reunião extraordinária do Conape para tratar do Seguro-Defeso, com a participação de todos os órgãos responsáveis (MTP, MPA e demais envolvidos); a emissão de moção do Conape acerca das novas exigências para manutenção das licenças de pescador profissional, visando compatibilizá-las com a realidade do segmento; a convocação de reunião extraordinária para discutir a lista de espécies exóticas e invasoras em debate na CONABIO; a recomendação à Secretaria Nacional de Aquicultura para aprofundar, em parceria com conselheiros, o tema do cultivo de alimentos vivos utilizados na alimentação de formas jovens na aquicultura; a orientação aos representantes do Conape no GT do CONAMA (revisão da Resolução nº 413) para que convidem o setor produtivo e ampliem a discussão; quanto à importação de tilápia do Vietnã, o envio das manifestações e recomendações do Comitê de Tilapicultura à Secretaria-Executiva do Conape, solicitando posicionamento oficial do MPA, com o lembrete de que todas as matérias dos comitês devem ser formalmente encaminhadas à Secretaria-Executiva; o envio aos conselheiros das notas técnicas que subsidiaram a posição do MPA sobre os Projetos de Lei nº 4.479 e nº 4.789 (Lei da Pesca); a recomendação ao MPA e ao MMA para observarem, no âmbito da gestão compartilhada nos CPGs, os prazos estabelecidos; e, por fim, a remessa de consulta aos membros sobre a disponibilidade para compor a Comissão Nacional da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca.

18.24 Com a palavra, **Dárlio Inácio (SBFic)**: sugeriu que os encaminhamentos consignassem prazos, considerando que a apresentação do GT trouxe cronograma, e propôs fixar data para a comissão.

18.25 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivétla Édipo**: A presidência acolheu a sugestão, registrando que a consulta aos membros será enviada imediatamente, em razão da necessidade de iniciar os trabalhos em outubro.

18.26 Com a palavra, **Agnaldo dos Santos (Pesca BR)**: apontou a ausência, entre os encaminhamentos lidos, de temas encaminhados por comitês.

18.27 Com a palavra, **Secretário-Executivo, Rivétla Édipo**: propôs registrar em ata que todas as recomendações dos comitês/CPGs sejam formalmente encaminhadas à Secretaria-Executiva do Conape para as providências cabíveis, de modo a abranger, entre outros, os temas já citados na reunião (importação de tilápia do Vietnã, questão do óleo diesel, monitoramento das ações do Plano Nacional da Pesca Amadora e Esportiva). Sugeriu, ainda, suprimir menções isoladas a itens específicos e consolidar o encaminhamento em orientação única aos presidentes de comitês. Em seguida, informou que registrou que caberá à Secretaria-Executiva do Conape adotar os devidos encaminhamentos, permanecendo consignado em ata todo o rol de temas debatidos na reunião.

18.28 Com a palavra, **Agnaldo dos Santos (Pesca BR)**: apontou a ausência, entre os encaminhamentos lidos, de temas encaminhados por comitês defendeu a necessidade de plena transparência nos processos de avaliação de espécies no âmbito de instâncias como CONABIO/CONAMA-MMA, com ampla disponibilização de documentos e fundamentos técnicos, e indicou que o Conselho deverá oficializar o MMA nesse sentido. Por fim, reiterou a cobrança pela reavaliação de espécies ameaçadas (a exemplo do caçanjo), pendente há longo período, para que haja posicionamento atualizado das autoridades competentes.

18.29 Com a palavra, **Ajax Tavares (Confapesca)**: solicitou a palavra para esclarecer que, conforme mencionado por Dárlio Inácio (SBFic), os membros da comissão que trabalharam no GT da Conferência colocaram-se à disposição para dar continuidade aos trabalhos, propondo que aqueles integrantes pudessem ser considerados candidatos natos à nova comissão.

18.30 Com a palavra, o **Secretário-Executivo do MPA, Rivétla Édipo**: concordou com a proposta e acrescentou que, mesmo com esse indicativo, seria adequado que os interessados reforçassem por e-mail a intenção de participar, a fim de formalizar e fortalecer o processo; registrou que nem todos os membros estavam presentes e, portanto, o encaminhamento seria mantido com a confirmação por e-mail. Por fim, informou que foi concluída a etapa referente à construção dos encaminhamentos, incorporando as contribuições dos membros do Conape.

19. Encaminhamentos

1. Aprovação de apoio a Nota de Repúdio realizada pelos cientistas apresentada pela AOCEANO e se posicionar, perante ao senhor Ministro, contrário pela revogação Portaria MPA/MMA nº30/2025 (Tubarão Azul); obs: Abstenção do MDic, MAPA.
2. Cobrar o retorno do Ibama quanto a disponibilizar os estudos com relação à espécie *Potomotrygon leopoldi* (arraia negra) para que o MPA possa solicitar ao MMA a reavaliação do estado da espécie;
3. Retomar a discussão do Plano de Conformidade da Pesca (MMA) no âmbito do Comitê da Conformidade da Pesca Nacional;
4. Realizar reunião extraordinária do Conape para tratar do seguro defeso garantindo a participação de todas as pastas responsáveis (MTE, MPA e outras);
5. Moção do Conape com relação às novas exigências para manutenção das licenças de Pescador Profissional de forma a compatibilizar as exigências com a realidade do segmento pesqueiro;
6. Reunião extraordinária do Conape para tratar da lista espécies exóticas invasoras discutidas na CONABIO;
7. Solicitar/recomendar a SNA que aprofunde o tema do cultivo dos Alimentos Vivos utilizados na alimentação de formas jovens oriundos da aquicultura em parceria com os conselheiros do Conape;
8. Recomendar aos membros dos representantes GT do Conama - revisão da Resolução 413/2009 que convidem o setor produtivo para ampliar a discussão;
9. Importação de Tilápia do Vietnã - manifestação e recomendações do Comitê de Tilapicultura sejam encaminhados a SE do Conape; solicitando uma posição oficial do MPA;
10. Enviar as Notas Técnicas que subsidiaram posição do MPA sobre PL da lei da pesca (PL 4479, PL 4789);
11. Encaminhar recomendação ao MPA/MMA que observe com mais rigor os prazos estabelecidos no CPG's;
12. Encaminhar, imediatamente, aos membros consulta sobre a disponibilidade de compor a Comissão Nacional da Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca;
13. Orientar aos Comitês Permanentes que encaminhem à Secretaria-Executiva do Conape todas as recomendações discutidas na reunião ordinária para providências;

20. Encerramento

20.1 Com a palavra, o **Secretário-Executivo do MPA, Rivétla Édipo**: declarou encerrada a 45^a Reunião Ordinária do Conape,gradecendo a cada conselheiro e conselheira pela atenção e pela disponibilidade de tempo, que permitiram a discussão de todos os temas que envolvem a pesca e a aquicultura em nosso país, reforçando, assim, a legitimidade deste colegiado.